



RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DAS AÇÕES PREVISTAS NO PIRH - DOCE

01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2015

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

CONTRATO DE GESTÃO 072/ANA/2011

JANEIRO DE 2016



SUMÁRIO

SUMÁRIO	2
LISTA DE FIGURAS	4
LISTA DE TABELAS	7
LISTA DE SIGLAS	9
1. CONTEXTUALIZAÇÃO	11
1.1. A BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DOCE	13
1.2. PLANO INTEGRADO DE RECURSOS HÍDRICOS – PIRH DOCE.....	16
1.3. PLANO DE AÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS DA UNIDADE DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - PARH.....	19
1.4. O CONTRATO DE GESTÃO.....	20
1.5. PLANO DE APLICAÇÃO PLURIANUAL – PAP DOCE	22
2. APRESENTAÇÃO	26
3. DISPONIBILIDADE DE ÁGUA – BALANÇOS HÍDRICO	27
3.1. PROGRAMA DE INCENTIVO AO USO RACIONAL DE ÁGUA NA AGRICULTURA (P22).....	27
3.1.1. Descrição.....	27
3.1.2. Ações do IBIO – AGB Doce	28
3.1.3. Identificação no PIRH-Doce.....	35
3.2. PROGRAMA PRODUTOR DE ÁGUA (P24).....	36
3.2.1. Descrição.....	36
3.2.2. Ações do IBIO – AGB Doce	37
3.2.3. Identificação no PIRH-Doce.....	41
4. SUSCETIBILIDADE A ENCHENTES	42
4.1. PROGRAMA DE CONVIVÊNCIA COM AS CHEIAS (P31)	42
4.1.1. Descrição.....	42
4.1.2. Ações do IBIO – AGB Doce	44
4.1.3. Identificação no PIRH-Doce.....	47
5. UNIVERSALIZAÇÃO DO SANEAMENTO	48
5.1. PROGRAMA DE UNIVERSALIZAÇÃO DO SANEAMENTO (P41)	48
5.1.1. Descrição.....	48
5.1.2. Ações do IBIO – AGB Doce	49
5.1.3. Identificação no PIRH-Doce.....	69
6. INCREMENTO DE ÁREAS LEGALMENTE PROTEGIDAS	70
6.1. PROGRAMA DE RECOMPOSIÇÃO DE APPS E NASCENTES (P52)	70
6.1.1. Descrição.....	70
6.1.2. Ações do IBIO – AGB Doce	71
6.1.3. Identificação no PIRH-Doce.....	82



7. IMPLEMENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	83
7.1. FORTALECIMENTO DOS COMITÊS (P61.2)	83
7.1.1. Descrição.....	83
7.1.2. Ações do IBIO – AGB Doce	83
7.1.3. Identificação no PIRH-Doce.....	92
8. IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES DO PIRH DOCE	93
8.1. PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (P71)	93
8.1.1. Descrição.....	93
8.1.2. Ações do IBIO – AGB Doce	93
8.1.3. Identificação no PIRH-Doce.....	94
9. RECOMENDAÇÕES PARA ACELERAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PIRH-DOCE	95
10. CONSIDERAÇÕES FINAIS	98



LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Organograma Geral do IBIO - AGB Doce	12
Figura 2 – Localização da Bacia Hidrográfica do Rio Doce	14
Figura 3 – Bacia Hidrográfica do Rio Doce	14
Figura 4 - Reunião pelo CBH Santa Maria do Doce, para apresentação da proposta de trabalho.	29
Figura 5 - Palestra em Mutum-MG, pelo CBH Manhuaçu, apresentação do programa, para produtores rurais.....	29
Figura 6 - Cadastramento do participante Carlos Alberto Tomasi do município de Colatina-ES.....	30
Figura 7 - Visita ao produtor rural indicado, Ricardo Braga, no município de Marilac-MG.....	30
Figura 8 - Amostragem para caracterização físico-hídrica do solo da propriedade do participante Edmundo Kuhlmann Neto do município de Ipanema-MG.....	30
Figura 9 - Coleta de água do aspersor para caracterização do sistema de irrigação de capim em piquetes do participante Edmundo Kuhlmann Neto do município de Ipanema-MG.	30
Figura 10 - Amostragem para caracterização físico-hídrica do solo da propriedade do participante Herculano Ferreira Ker do município de Lajinha-MG.....	31
Figura 11 - Coleta de água do aspersor para caracterização do sistema de irrigação em olerícolas do participante Herculano Ferreira Ker do município de Lajinha-MG.....	31
Figura 12 - Instalação do Irrigâmetro, na propriedade do produtor Flávio Marçal em Alvarenga - MG.	31
Figura 13 - Instalação do Irrigâmetro e treinamento do participante do participante Thiago da Silva Correia do município de Conceição de Ipanema - MG.....	31
Figura 14 - Instalação do Irrigâmetro e treinamento do participante e da equipe da propriedade do	32
Figura 15 - Parte do público presente Campo, no dia de campo realizado em Santa Tereza-ES, com presença maciça de representantes dos municípios capixabas.....	33
Figura 16 - Convite do Dia de Campo, realizado no município de Ipanema – MG, do produtor Edson Kuhlmann Neto	33
Figura 17 - Convite do Dia de Campo, realizado no município de Colatina –ES, do produtor José Gonçalves	33
Figura 18 - Convite do Dia de Campo, realizado no município de Santa Tereza –ES, do produtor Expedito Bridi	33
Figura 19 - Instalação do Irrigâmetro e treinamento do participante, Expedito Martins Godoy, no município de Frei Inocêncio, pelo CBH Suaçuí - MG.	34
Figura 20 - Treinamento do participante Renato Valentin Vieira Bianchini e responsáveis pela propriedade, no município de Linhares, pelo CBH Pontões e Lagoas do Doce – ES.....	34
Figura 21 - Stand do CBH – DOCE, com apresentação do programa e no palco principal do evento. .	35
Figura 22 - Participação no Seminário sobre Crise Hídrica e dos impactos da lama de rejeito no Rio Doce, realizado no auditório do IFES, no município de Colatina-ES.	35



Figura 23 - Reportagem da Rede Gazeta – Filiada da rede Globo, sobre o programa e resultados no manejo da irrigação, no dia de campo realizado em Colatina - ES.	35
Figura 24 – Ribeirão Candidópolis.....	38
Figura 25 - Reunião do GT, para discussão de documento enviado a ANA.	39
Figura 26 - Parte do público participante do Seminário Produtor de Água.	40
Figura 27 - Parte do público presente ao Seminário Produtor de Água	40
Figura 28 – Fotos das cheias de 01/1997, 01/2003 e 12/2008	43
Figura 29 – Reunião da CTGEC ocorrida no dia 24 de julho de 2014.	45
Figura 30 – Reunião com SEDRU-MG e Ministério da Integração para alinhamento das ações	45
Figura 31 - Reunião de Partida no Município de Ipatinga: Presidente do	53
Figura 32 - Reunião de Partida no Município de Ponte Nova: mesa composta por Isaura Paixão (CBH Manhuaçu), Edson Azevedo (IBIO), Sheila Villela (SHS) e Carlos Eduardo Silva (CBH Piranga).	54
Figura 33 - Reunião de Partida no Município de Mutum.....	54
Figura 34 - Reunião de Partida no Município de Itabira.	55
Figura 35 - Reunião de Partida no Município de Guanhães.....	55
Figura 36 - Reunião de Partida no Município de Governador Valadares.....	56
Figura 37 - Reunião de Partida no Município de Caratinga.....	56
Figura 38 - Fluxograma de análise e validação de produtos dos PMSB.	58
Figura 39 - Audiência pública do PMSB de Lamim: realizada em 11/02/2015 no Salão Paroquial.	59
Figura 40 - Audiência Pública do PMSB de Mariana: realizada em 12/02/2015 no Centro de Convenções.	59
Figura 41 - Audiência pública do PMSB de Porto Firme: realizada em 11/02/2015 na Câmara Municipal.....	60
Figura 42 - Audiência pública do PMSB de Itabira: realizada em 17/09/2015 na Câmara dos Vereadores.	60
Figura 43 - Audiência pública do PMSB de Antônio Dias: realizada em 26/08/2015 na Câmara Municipal.....	61
Figura 44 - Audiência pública do PMSB de Bela Vista de Minas: realizada em 26/08/2015 na Câmara Municipal.....	61
Figura 45 - Audiência pública do PMSB de Manhuaçu: realizada em 09/07/2015 na Câmara Municipal.	62
Figura 46 - Audiência pública do PMSB de Chale: realizada em 26/06/2015 na Câmara Municipal. ...	62
Figura 47 - 1ª Rodada de Seminários de Saneamento do Manhuaçu: realizada em Manhuaçu-MG no dia 03/09/2015.....	64
Figura 48 - 1ª Rodada de Seminários de Saneamento do Piracicaba: realizada em João Monlevade-MG no dia 04/09/2015.....	64
Figura 49 - 1ª Rodada de Seminários de Saneamento do Piranga: realizada em Ponte Nova-MG nos dias 08 e 09/09/2015.	65
Figura 50 - 1ª Rodada de Seminários de Saneamento do Piranga: realizada em Viçosa-MG nos dias 10 e 11/09/2015.....	65



Figura 51 - 1ª Rodada de Seminários de Saneamento do Espírito Santo: realizada em Colatina-ES nos dias 14 e 15/09/2015.	66
Figura 52 - Cartaz de divulgação dos PMSB	67
Figura 53 - Convite utilizado em reuniões de mobilização dos PMSB.	67
Figura 54 - Panfleto de divulgação dos PMSB	68
Figura 55 - Folders de divulgação dos PMSB (frente).	68
Figura 56 - Folders de divulgação dos PMSB (verso).....	69
Figura 57 – índice de erosão da bacia do rio Doce.....	72
Figura 58 – Déficit hídrico da bacia do rio Doce.....	72
Figura 59 – Unidades de Conservação da bacia do rio Doce.....	73
Figura 60 – Ocorrência de eventos críticos na bacia do rio Doce	73
Figura 61 – Redução de vazão na bacia do rio Doce	73
Figura 62 – Arranjo institucional	74
Figura 63 – Mapa de vulnerabilidade da bacia do rio Doce	75
Figura 64 - Reunião da CTPP, realizada pelo no município de Ponte Nova	76
Figura 65 - Reunião do grupo de trabalho, no município de João Monlevade	76
Figura 66 - Escolha de formação do GT, pelo CBH Manhauçu	77
Figura 67 - Caravana das Águas, no município de Peçanha, para apresentação do programa	78
Figura 68 - Plantio de mudas, no córrego Santa Bárbara, realizado pela diretora do CBH, Nádia Oliveira e pelo prefeito municipal, senhor José Geraldo Corrêa	78
Figura 69 - Reunião do GT, para discussão das diretrizes do programa, realizada em Ferros	79
Figura 70 - Apoio do IBIO institucional, para a CTPP, para o programa, em reunião realizada no município de Santo Antônio do Rio Abaixo.....	80



LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Características gerais da bacia do rio Doce	16
Tabela 2 – Deliberações aprovando a cobrança pelo uso dos recursos hídricos	20
Tabela 3 - Deliberações aprovando a indicação do IBIO para funções de Agência de Água	21
Tabela 4 - Deliberações que aprovaram o Plano de Aplicação Plurianual – PAP	23
Tabela 5 – Deliberações que aprovaram readequação do Plano de Aplicação Plurianual - PAP	23
Tabela 6 – PAP da Bacia do Rio Doce com recursos arrecadados e repassados pela ANA	24
Tabela 7 – PAP da Bacia do Rio Doce com recursos arrecadados e repassados pela IGAM	25
Tabela 8 – Lista de municípios em cada UGRH	34
Tabela 9 - Lista de municípios que manifestaram interesse pelo Programa de Universalização do Saneamento (P41)	63
Tabela 10 - Reuniões Plenárias (Ordinárias e Extraordinárias) realizadas pelo CBH Doce no ano de 2015	84
Tabela 11 Reuniões da Diretoria Colegiada do CBH Doce realizadas no ano de 2015.	84
Tabela 12 - Reuniões de Câmara Técnicas e Grupos de Trabalho do Comitê realizadas no ano de 2015.	84
Tabela 13 - Eventos promovidos pelo CBH Doce em 2015.	84
Tabela 14 - Eventos com participação de membros do CBH Doce.	85
Tabela 15 - Reuniões Plenárias (Ordinárias e Extraordinárias) realizadas pelo CBH Piranga no ano de 2015	85
Tabela 16 - Reuniões de Câmara Técnicas do CBH-Piranga, realizadas no ano de 2015	85
Tabela 17 - Eventos promovidos pelo CBH Piranga em 2015.	85
Tabela 18 - Eventos nos quais houve participação de membros do CBH Piranga em 2015.	85
Tabela 19 - Reuniões Plenárias (Ordinárias e Extraordinárias) do CBH- Piracicaba no ano de 2015....	86
Tabela 20 - Reuniões de Câmara Técnicas do Comitê realizada no ano de 2015	86
Tabela 21 - Eventos promovidos pelo CBH Piracicaba em 2015	86
Tabela 22 - Eventos nos quais houve participação de membros do CBH Piracicaba	86
Tabela 23 - Reuniões Plenárias (Ordinárias e Extraordinárias) realizadas pelo CBH Santo Antônio em 2015	87
Tabela 24 - Reuniões de Câmara Técnicas do CBH-Santo Antônio realizadas em 2015	87
Tabela 25 - Eventos promovidos pelo CBH Santo Antônio em 2015	87
Tabela 26 - Eventos nos quais houve participação de membros do CBH Santo Antônio	87
Tabela 27 - Reuniões Plenárias realizadas pelo CBH Suaçuí no ano de 2015	88
Tabela 28 - Reuniões de Câmara Técnicas e Grupos de Trabalho realizadas no ano de 2015	88
Tabela 29 - Eventos promovidos pelo CBH Suaçuí em 2015	88
Tabela 30 - Eventos nos quais houve participação de membros do CBH Suaçuí em 2015	88
Tabela 31 - Reuniões Plenárias realizadas pelo CBH Caratinga no ano de 2015	89
Tabela 32 - Reuniões de Câmara Técnicas realizada no ano de 2015	89



Relatório de Gestão do Exercício de 2015 – Contrato de Gestão 072/ANA/2011

Tabela 33 - Eventos promovidos pelo CBH Caratinga em 2015.	89
Tabela 34 - Eventos nos quais houve participação de membros do CBH Caratinga.	89
Tabela 35 - Reuniões Plenárias, ordinárias e extraordinárias, realizadas pelo CBH Manhuaçu em 2015.	89
Tabela 36 - Reuniões de Câmara Técnicas e Grupos de Trabalho do Comitê realizada no ano de 2015.	90
Tabela 37 - Eventos promovidos pelo CBH Manhuaçu em 2015.	90
Tabela 38 - Eventos nos quais houve participação de membros do CBH Manhuaçu.	90
Tabela 39 - Reuniões Plenárias realizadas pelo CBH Guandu no ano de 2015.	90
Tabela 40 - Eventos promovidos pelo CBH Guandu em 2015.	90
Tabela 41 - Eventos nos quais houve participação de membros do CBH Guandu.	91
Tabela 42 - Reuniões Plenárias realizadas pelo CBH Santa Maria do Doce no ano de 2015.	91
Tabela 43 - Eventos nos quais houve participação de membros do CBH Santa Maria do Doce.	91
Tabela 44 - Lista de Reuniões Plenárias realizadas pelo CBH São José no ano de 2015.	91
Tabela 45 - Eventos nos quais houve participação de membros do CBH-Pontões e Lagoas do Rio Doce.	92



LISTA DE SIGLAS

AGERH	Agência Estadual de Recursos Hídrico do Espírito Santo
ANA	Agência Nacional de Águas
APP	Área de Preservação Permanente
CBH	Comitê de Bacia Hidrográfica
CEMIG	Companhia Energética de Minas Gerais
CERH	Conselho Estadual de Recursos Hídricos
CNRH	Conselho Nacional de Recursos Hídricos
CPRM	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
CTCI	Câmara Técnica de Capacitação, Informação e Mobilização Social
CTGEC	Câmara Técnica de Gestão de Eventos Críticos
CTI	Câmara Técnica de Integração
CTIL	Câmara Técnica Institucional e Legal
CTOC	Câmara Técnica de Outorga e Cobrança
CTPLAN	Câmara Técnica do Plano de Recursos Hídricos
CTPP	Câmara Técnica de Programas e Projetos
D.O.E.M.G	Diário Oficial do Estado de Minas Gerais
D.O.U	Diário Oficial da União
DBO	Demanda biológica de oxigênio
EFVM	Estrada Ferroviária Vitória a Minas
ENCOB	Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas
ES	Espírito Santo
FHIDRO	Fundo de recuperação de recursos hídricos
FJP	Fundação João Pinheiro
GACG	Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão
GAT	Grupo de Acompanhamento Técnico
GIRH	Gestão Integrada de Recursos Hídricos
GTCiano	Grupo de Trabalho de Cianobactérias
GTI	Grupo de Trabalho de Integração
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IEMA	Instituto Estadual de Meio Ambiente do Espírito Santo
IGAM	Instituto de Gestão das Águas
IMRS	Índice Mineiro de Responsabilidade Social
INDE	Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais
MDE	Modelo Digital de Elevação
MG	Minas Gerais
MMA	Ministério do Meio Ambiente
PAP	Plano de Aplicação Plurianual
PARH	Plano de Ação de Recursos Hídricos
PGIRS	Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos
PIRH	Plano Integrado de Recursos Hídricos
PMSB	Plano Municipal de Saneamento Básico
SAF	Superintendência de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas da ANA
SAG	Superintendência de Apoio à Gestão de Recursos Hídricos da ANA
SEDRU	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana



Relatório de Gestão do Exercício de 2015 – Contrato de Gestão 072/ANA/2011

SEMAD	Secretaria de Estado de Meio-Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de MG
SIG	Sistema de Informações Geográficas
SINGERH	Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos
SNIS	Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento
SUM	Superintendência de Usos Múltiplos da ANA
TCU	Tribunal de Contas da União
TNC	The Nature Conservancy
UGRH	Unidade de Gestão de Recursos Hídricos
ZCAS	Zona de Convergência do Atlântico Sul



1. CONTEXTUALIZAÇÃO

O Instituto BioAtlântica (IBIO - AGB Doce), Entidade Delegatária de Funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, de acordo com os termos descritos no Contrato de Gestão nº 072/ANA/2010 e as respectivas Instruções Normativas do Tribunal de Contas da União - TCU, apresenta o Relatório de Gestão relativo ao ano de 2014. Este Relatório visa prestar informações e permitir a visão sistêmica do desempenho e conformidade de execução das Metas do Contrato de Gestão mencionado.

O Instituto BioAtlântica (IBIO - AGB Doce) é uma associação civil sem fins lucrativos, classificada como pessoa jurídica de direito privado, composto por pessoas jurídicas e físicas. O Instituto tem como finalidade promover a conservação ambiental e a gestão sustentável de recursos territoriais como forma de gerar desenvolvimento econômico, equidade social e bem-estar humano. Para cumprir este propósito, o Instituto aplicará os recursos recebidos, inclusive recursos físicos, humanos e financeiros, em projetos, programas ou planos de ações definidos pelo doador, inclusive em apoio a outras organizações sem fins lucrativos ou órgãos do setor público que atuem em áreas afins, promovendo especialmente as seguintes atividades:

- a) Contribuir para a conservação e recuperação ambiental.
- b) Contribuir para o desenvolvimento equilibrado dos aspectos ambiental, social, cultural e econômico de territórios.
- c) Promover pesquisas sobre recuperação e conservação ambiental, gestão integrada de territórios e geração e gestão de ativos territoriais.
- d) Estimular o estabelecimento de redes de instituições de pesquisa e aplicação nas áreas citadas no inciso c).
- e) Promover a disseminação de conhecimento técnico-científico sobre as áreas citadas no inciso c).
- f) Promover articulação entre diferentes setores da sociedade no sentido de atender aos incisos acima.
- g) Exercer, através do Comitê Gestor de Águas, as atribuições a serem previamente determinadas pelos, e acordadas com os, Órgãos Gestores para a bacia hidrográfica do rio Doce.

O Instituto BioAtlântica trabalha para melhorar a qualidade ambiental e promover a gestão integrada de recursos territoriais como forma de gerar desenvolvimento econômico, equidade social e bem-estar humano. Enxergamos no futuro territórios organizados, onde os recursos naturais sejam utilizados de forma racional e sensata por uma sociedade com pleno conhecimento de sua participação na sustentabilidade desse sistema. Fundado em 19 de fevereiro de 2002, é composto por:

Assembleia Geral - Órgão soberano do IBIO - AGB Doce, podendo ser ordinária ou extraordinária.

Conselho Fiscal - Órgão fiscalizador e auxiliar da Assembleia Geral, do Conselho Consultivo e da Diretoria Executiva do IBIO - AGB Doce.

Conselho Consultivo – Órgão formado principalmente por representantes das empresas doadoras de recursos que forem admitidas como Associadas ou de Associados Fundadores ou outros, a critério dos Associados Fundadores, que tem por objetivo servir de instrumento de controle externo de suas atividades.

Diretor Presidente – Cria e implementa o macroplanejamento do IBIO, observando as recomendações feitas pelo Conselho Consultivo, pelo Conselho Fiscal e pela Assembleia Geral.

Diretoria Executiva - Órgão executor das ações do IBIO - AGB Doce.

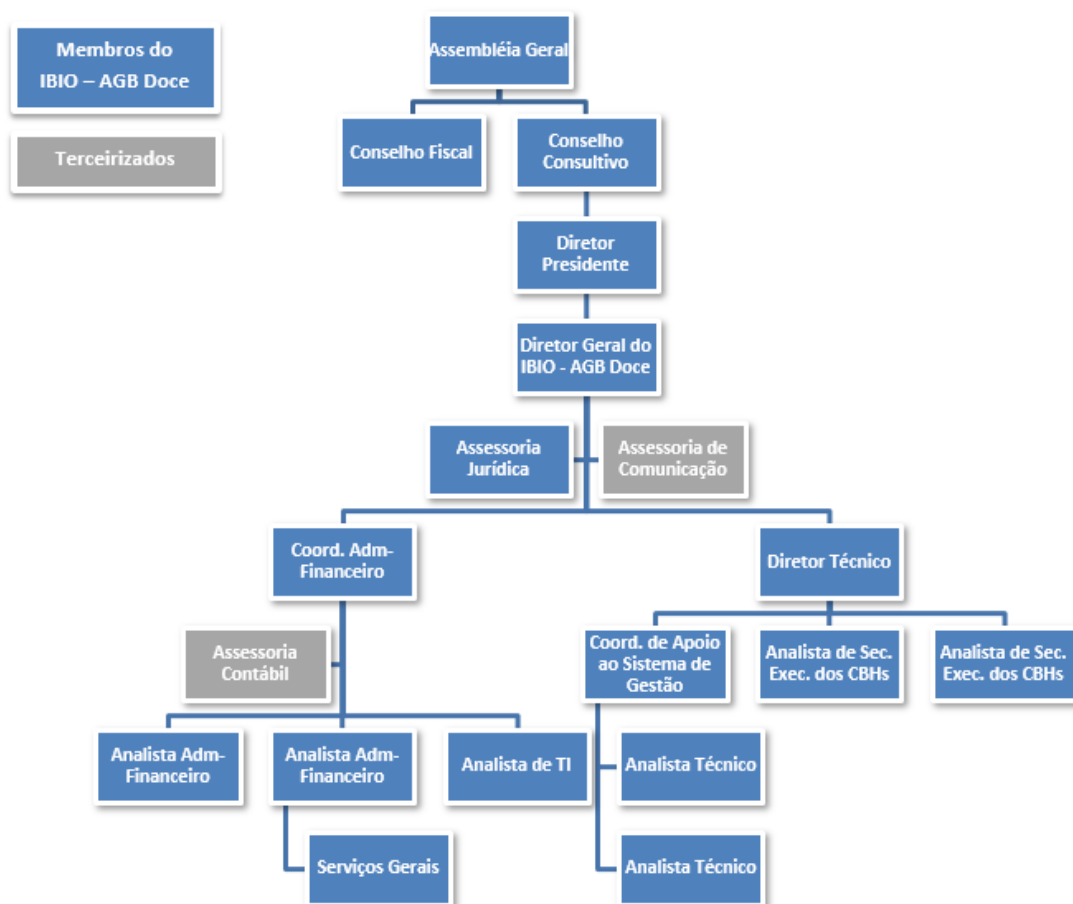


Figura 1 - Organograma Geral do IBIO - AGB Doce¹.

¹ A equipe apresentada do quadro de funcionários do IBIO – AGB Doce contemplam funcionários contratados para atender a ambos os Contratos de Gestão celebrados com a ANA e com o IGAM

1.1. A Bacia Hidrográfica do Rio Doce

A bacia do rio Doce situa-se na região Sudeste, entre os paralelos 17°45' e 21°15' S e os meridianos 39°30' e 43°45' W, integrando a região hidrográfica do Atlântico Sudeste. Esta bacia, com uma área de drenagem de aproximadamente 86.

854 km², dos quais 86% pertencem ao Estado de Minas Gerais e o restante ao Espírito Santo, abrange um total de 228 municípios. As nascentes do rio Doce situam-se no Estado de Minas Gerais, nas serras da Mantiqueira e do Espinhaço, sendo que suas águas percorrem cerca de 850 km, até atingir o oceano Atlântico, junto ao povoado de Regência, no Estado do Espírito Santo (Figura 2 e Figura 3). Existem dois rios de dominialidade federal na bacia do rio Doce: o rio Doce e o rio José Pedro, afluente do rio Manhuaçu.

A bacia limita-se ao sul com a bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul, a sudoeste com a bacia do rio Grande, a oeste com a bacia do rio São Francisco, ao norte e noroeste com a bacia do rio Jequitinhonha, e bacias do litoral sul do Espírito Santo e a nordeste com as bacias do litoral norte do Espírito Santo. Os principais afluentes do rio Doce pela margem esquerda são os rios do Carmo, Piracicaba, Santo Antônio, Corrente Grande e Suaçuí Grande, em Minas Gerais; São José e Pancas no Espírito Santo. Já pela margem direita são os rios Casca, Matipó, Caratinga/Cuieté e Manhuaçu em Minas Gerais; Guandu, Santa Joana e Santa Maria do Doce no Espírito Santo.

No estado de Minas Gerais a bacia do rio Doce é dividida em seis Unidades de Planejamento e Gestão dos Recursos Hídricos (UGRHs), com Comitês de Bacia já estruturados, conforme descrito abaixo:

- UGRH01 – Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Piranga;
- UGRH02 – Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Piracicaba;
- UGRH03 – Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Santo Antônio;
- UGRH04 – Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Suaçuí;
- UGRH05 – Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Caratinga; e
- UGRH06 – Comitê de Bacia Hidrográfica Águas do rio Manhuaçu.

No Estado do Espírito Santo, embora inexistam subdivisões administrativas da bacia do rio Doce, têm-se os Comitês de Bacia já estruturados, conforme descrito abaixo:

- UGRH07 – Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Guandu
- UGRH08 – Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Santa Maria do Doce

- UGRH09 – Comitê de Bacia Hidrográfica do rio São José.

A atividade econômica da bacia do rio Doce é bastante diversificada, destacando-se: a agropecuária (reflorestamento, lavouras tradicionais, cultura de café, cana-de-açúcar, criação de gado leiteiro e de corte e na suinocultura.); a agroindústria (sucroalcooleira); a mineração (ferro, ouro, bauxita, manganês, pedras preciosas e outros); a indústria (celulose, siderurgia e laticínios); o comércio e serviços de apoio aos complexos industriais; e a geração de energia elétrica.



Figura 2 – Localização da Bacia Hidrográfica do Rio Doce



Figura 3 – Bacia Hidrográfica do Rio Doce



Na região encontra-se instalado o maior complexo siderúrgico da América Latina, com destaque para a Companhia Siderúrgica Belgo Mineira, a ACESITA e a USIMINAS. Ao lado da siderurgia estão associadas empresas de mineração, com destaque para a Vale e empresas reflorestadoras, que cultivam o eucalipto para fornecer matéria-prima para as indústrias de celulose. Todo esse complexo industrial é responsável por grande parte das exportações brasileiras de minério de ferro, aço e celulose, sendo, portanto, de grande importância para a região onde estão instaladas.

Apesar de ser notável a geração de capital na bacia em função da existência desse complexo siderúrgico, também se verifica a desigualdade no interior da bacia. O maior desenvolvimento das atividades econômicas aconteceu somente em algumas de suas áreas, como o Vale do Aço e na região de influência dos municípios de Governador Valadares, Caratinga, Colatina e Linhares. Os indicadores sociais e econômicos de uma parte significativa dos municípios da bacia mostram que quase uma centena deles são classificados como municípios pobres.

As principais rodovias que dão acesso e passam pela bacia do rio Doce são: a BR 381 que segue na direção sudoeste – nordeste passando por Belo Horizonte e depois importantes cidades da bacia como Ipatinga e Governador Valadares; a BR 116, importante rodovia brasileira que cruza a região do Médio Doce na direção de sul para norte, passando por Caratinga e Governador Valadares; a BR 262 que segue na direção leste – oeste atravessa Belo Horizonte, passa entre João Monlevade e Rio Piracicaba, cruza com a BR 116 nas proximidades de Manhuaçu e depois entra no Espírito Santo, já fora da bacia do Rio Doce; a BR 101, que serve a parte capixaba da bacia, atravessa a região do Baixo Doce de sul para norte passando por Linhares.

Além das rodovias, existe a Estrada Ferroviária Vitória a Minas (EFVM) que liga Belo Horizonte a Vitória, numa extensão de 898 km passando pelo Vale do Aço, sendo incorporada pela Vale em 1940. Esta ferrovia faz o transporte de passageiros e mercadorias (minério de ferro, carvão mineral, calcário, ferro, aço, produtos agrícolas, etc.). É considerada a ferrovia mais rentável do País e uma das poucas ferrovias que ainda faz o transporte de passageiros.

A bacia tem uma população superior a 3,5 milhões de habitantes. O Vale do Aço tem o maior adensamento populacional da bacia e constata-se a existência de um fluxo migratório que se direciona, sobretudo, para as maiores cidades, como Ipatinga e Governador Valadares. Em decorrência, há uma tendência de diminuição populacional nos municípios com população de até 20.000 habitantes, que representam mais de 85% dos municípios da bacia do rio Doce.

A população urbana representa mais de 70% da população total. Entretanto, os mesmos dados mostram que mais de 100 municípios possuem população rural maior que a urbana, evidenciando que a população rural ainda é significativa, absorvidos pela exploração agropecuária. No Médio Doce, essas atividades constituem o principal gerador de renda, emprego e ocupação de mão-de-obra em municípios de menor porte, principalmente onde a população rural predomina. A

Tabela 1 sumariza as características gerais da bacia do rio Doce.

Tabela 1 – Características gerais da bacia do rio Doce

Características Gerais da Bacia do Rio Doce	
Área da bacia	86.854 km ²
Extensão do curso principal	Aprox. 879 km
Nº de municípios	228
População na bacia	3.430.673
Principais atividades econômicas	Mineração; Siderurgia; Silvicultura e Agropecuária
Principais problemas relacionados à gestão dos recursos hídricos	Contaminação por esgotos domésticos; erosão e assoreamento

1.2. Plano Integrado de Recursos Hídricos – PIRH Doce

O Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Doce – PIRH Doce, que representa o desejo manifesto de todos os envolvidos no processo participativo que foi empreendido de junho de 2008 ao final do ano de 2009, no sentido de consolidar o planejamento de ações voltadas ao enfrentamento dos principais problemas relacionados com os recursos hídricos na bacia do Rio Doce.

O PIRH Doce, nessa primeira versão, constitui o resultado do esforço de representantes dos dez (10) comitês atuantes na bacia hidrográfica do Rio Doce, bem como dos órgãos gestores de recursos hídricos, representados pela Agência Nacional de Águas – ANA, Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM, e Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – IEMA, do Espírito Santo, reunidos em um Grupo de Acompanhamento Técnico – GAT. Adiante, a relação dos comitês envolvidos na elaboração do PIRH Doce:

- CBH Doce;
- CBH do rio Piranga;
- CBH do rio Piracicaba;
- CBH do rio Santo Antônio;
- CBH do rio Suaçuí;
- CBH do rio Caratinga;
- CBH Águas do rio Manhuaçu;
- CBH do rio Santa Maria do Doce;
- CBH do rio Guandu; e
- CBH Pontões e Lagoas do Doce.

A diretriz máxima que norteou o referido trabalho foi a constante na Lei nº 9.433/97, que institui a Política Nacional dos Recursos Hídricos, no tocante à participação pública e espírito democrático, e



também a intensa e importante atuação dos comitês de bacias dos estados do Espírito Santo e Minas Gerais, além do próprio CBH Doce.

O PIRH Doce foi desenvolvido com o objetivo geral de produzir um instrumento capaz de orientar o CBH Doce, os CBHs de bacias afluentes, os órgãos gestores dos recursos hídricos da bacia e demais componentes do Sistema de Gestão de Recursos Hídricos com responsabilidade sobre a bacia do rio Doce, com vistas à gestão efetiva dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos da bacia, de modo a garantir o seu uso múltiplo, racional e sustentável em benefício das gerações presentes e futuras.

O Plano consubstancia ações integradas que visam instrumentalizar os CBHs de bacias afluentes e o CBH-Doce para o cumprimento de sua missão de articular os diversos atores sociais para garantir a oferta de água, em quantidade e qualidade, visando o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida na bacia hidrográfica do rio Doce.

O Plano consubstancia ações integradas que visam instrumentalizar os CBHs de bacias afluentes e o CBH-Doce para o cumprimento de sua missão de articular os diversos atores sociais para garantir a oferta de água, em quantidade e qualidade, visando o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida na bacia hidrográfica do rio Doce. O PIRH Doce e os Planos de Ações de Recursos Hídricos das Bacias Afluentes – PARHs – tiveram ainda os seguintes objetivos específicos:

- Estruturar a base de dados da Bacia do Rio Doce relativa às características e à situação dos recursos hídricos e demais feições com implicações sobre as mesmas, com vistas a subsidiar a elaboração e implementação, após a elaboração do PIRH Doce, de um Sistema Integrado de Informações capaz de apoiar a gestão dos recursos hídricos da bacia.
- Definir as medidas necessárias para proteger, recuperar e promover a qualidade dos recursos hídricos com vistas à saúde humana, à vida aquática e à qualidade ambiental.
- Estabelecer metas de melhoria da qualidade das águas, de aumento da capacidade de produção de água e de uma justa distribuição da água disponível na bacia, acordadas por todos os atores da bacia.
- Fomentar o uso múltiplo, racional e sustentável dos recursos hídricos da bacia mediante avaliação e controle das disponibilidades e determinação das condições em que tem lugar o uso da água na bacia, em benefício das gerações presentes e futuras, levando em conta planos setoriais, regionais e locais em andamento ou com implantação prevista na Bacia.
- Integrar os planos, programas, projetos e demais estudos setoriais que envolvam a utilização dos recursos hídricos da bacia, incorporando-os ao PIRH e aos PARHs, dentro de suas possibilidades.
- Articular as ações municipais envolvendo o uso do solo com as diretrizes e intervenções relacionadas ao uso dos recursos hídricos.

- Conceber ações destinadas a atenuar as consequências de eventos hidrológicos extremos.
- Oferecer diretrizes para a implementação dos demais instrumentos de gestão dos recursos hídricos previstos em lei e contribuir para o fortalecimento do Sistema de gerenciamento de Recursos Hídricos pela articulação e participação de todas as demais instâncias da bacia ligadas à gestão dos recursos hídricos.
- Manter e ampliar a participação dos segmentos da sociedade no processo de construção e implementação do PRH-Doce, bem como nos programas e projetos dele derivados.
- Desenhar um arranjo institucional sustentável para a gestão dos recursos hídricos da bacia.
- Promover iniciativas destinadas ao desenvolvimento tecnológico e à capacitação de recursos humanos, à comunicação social e à educação ambiental em recursos hídricos na bacia.
- Com vistas ao atingimento dos objetivos anteriores, apontar respostas técnicas, institucionais e legais para os principais problemas diagnosticados/prognosticados na bacia e determinar um conjunto de intervenções estruturais e não estruturais, montadas na forma de programas e projetos, que possam ser realizadas dentro dos horizontes de planejamento adotados, identificando, para cada programa, os recursos necessários para sua realização, as fontes de onde os mesmos deverão proceder e o seu desenvolvimento no tempo.

A Consultora desenvolveu seus trabalhos com acompanhamento permanente do GAT, através de reuniões mensais de trabalho, acrescidas de 30 (trinta) reuniões públicas realizadas em diferentes localidades da bacia, quando se apresentaram os resultados das distintas etapas em que o trabalho se desenvolveu, quais sejam: Diagnóstico, Prognóstico e Programas do Plano Integrado.

Nas duas primeiras etapas foram elaborados o Diagnóstico da Bacia e o Prognóstico dos Recursos Hídricos no Horizonte do Plano, onde se avaliaram, respectivamente, a condição atual da qualidade da água e das disponibilidades hídricas, e a projeção destas condições, conforme distintos cenários, até o ano de 2030.

A etapa final constituiu-se na definição das metas sugeridas para a bacia, e na descrição dos programas, projetos e ações preconizadas, incluindo seus objetivos, justificativas, procedimentos, atores envolvidos e diversos outros elementos que os caracterizam, seguido da análise das condições e perspectivas de atendimentos das metas, a partir da efetiva implantação dos programas, incluindo a viabilidade financeira do Plano.

Nesta última etapa também foram desenvolvidos, entre outros, estudos relacionados a um arranjo institucional viável para a gestão dos recursos hídricos da bacia, bem como diretrizes para a aplicação dos instrumentos de gestão definidos na Lei nº 9.433/97, com destaque para o Enquadramento sugerido no âmbito do Plano, como meta de qualidade a ser alcançada.

O trabalho também contemplou o desenvolvimento de um Sistema de Informações Geográficas, denominado SIG-Plano, repositório de toda a informação coletada durante as distintas etapas de elaboração do Plano, bem como suporte de toda a representação cartográfica contida neste estudo.

1.3. Plano de Ação de Recursos Hídricos da Unidade de Planejamento e Gestão - PARH

O PARH é parte integrante do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – PIRH Doce, e considera os mesmos objetivos, metas básicas, horizonte de planejamento e a realidade desejada para a bacia do rio Doce. Para cada UGRH da bacia hidrográfica do rio Doce foi gerado um PARH específico caracterizando as peculiaridades de cada região da bacia do Rio Doce, assim como os programas prioritários de acordo com a realidade de cada Unidade de Gestão. Cada PARH é, desta maneira, um desdobramento do Plano Integrado de Recursos Hídricos, de acordo com as especificidades de cada unidade de planejamento. Os conteúdos e informações aqui apresentados são, portanto, transpostos do Relatório Final do PIRH Doce, devendo o mesmo ser adotado como referência nas questões relativas aos procedimentos metodológicos utilizados e fontes de consulta específicas.

A estrutura dos PARHs segue, em linhas gerais, a mesma estrutura adotada no desenvolvimento do PIRH Doce, contemplando um diagnóstico situacional da unidade, com ênfase nas questões relativas aos recursos hídricos, e a descrição dos programas previstos para enfrentar as principais questões que comprometem a qualidade e disponibilidade da água e, por conseguinte, da qualidade de vida em cada UGRH. Neste documento estão apresentados:

- Diagnóstico Sumário da UGRH, contemplando as principais informações que caracterizam a Unidade de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos frente à bacia do Doce como um todo, com ênfase nas questões que demandam maior esforço de gestão. Este capítulo também apresenta um prognóstico tendencial, buscando caracterizar a situação dos recursos hídricos da UGRH no ano de 2030.
- O Comitê de Bacia da UGRH, descrevendo a atual estrutura, órgão normativo e deliberativo que tem por finalidade promover o gerenciamento de recursos hídricos na região, envolvendo, em um âmbito maior, a promoção do debate sobre as questões hídricas e o arbitramento dos conflitos relacionados com o uso da água e que, em última instância; irão aprovar e acompanhar a execução do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Doce, e o respectivo Plano de Ação.
- Os Objetivos e Metas projetados para a bacia, expressando a realidade possível para o horizonte do Plano, através de metas de planejamento e ações físicas, quantificadas e com prazos estipulados para a sua consecução.

- Intervenções Recomendadas e Investimentos Previstos, descrevendo o escopo geral das ações previstas e elencando as ações específicas para a bacia, incluindo, quando pertinente, as indicações de criticidade dos problemas identificados.
- Conclusões e Diretrizes Gerais para a Implementação do PARH, onde são discutidas e expostas as motivações e indicações das ações propostas, definindo-se as prioridades e os efeitos esperados para a bacia.

1.4. O Contrato de Gestão

O processo de cobrança pelo uso dos recursos hídricos na bacia do Rio Doce se iniciou em 2011 quando o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Doce e dos Comitês dos rios afluentes, no uso de suas atribuições definidas por lei e demais normas complementares, e considerando os compromissos firmados no âmbito do Pacto para a Gestão Integrada dos Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, celebrado em 24 de março de 2010 entre os dez Comitês de Bacia Hidrográfica com atuação na Bacia Hidrográfica do Rio Doce, a ANA, IGAM, IEMA e Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, estabelecem os mecanismos e sugere os valores de cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União na Bacia Hidrográfica do rio Doce. As decisões estão registradas nas respectivas Deliberações, conforme Tabela 2.

Tabela 2 – Deliberações aprovando a cobrança pelo uso dos recursos hídricos

Comitê de Bacia Hidrográfica	Deliberação
CBH Doce	Deliberação CBH Doce nº 26, de 31 de março de 2011
CBH Piranga	Deliberação CBH Piranga nº 04, de 12 de abril de 2011
CBH Piracicaba	Deliberação CBH Piracicaba nº 15, de 14 de abril de 2011
CBH Santo Antônio	Deliberação CBH Sto. Antônio nº 08, de 13 de maio de 2011
CBH Suaçuí	Deliberação CBH Suaçuí nº 28, de 26 de abril de 2011
CBH Caratinga	Deliberação CBH Caratinga nº 09, de 13 de abril de 2011
CBH Manhuaçu	Deliberação CBH Manhuaçu nº 01, de 03 de agosto de 2011

Posteriormente, o CBH Doce e os Comitês mineiros aprovam o Edital Conjunto nº 01/2011 para seleção de Entidade Delegatária ou Equiparada para desempenhar funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce.

O CBH-Doce indicaria ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH a entidade que for selecionada com base nos procedimentos estabelecidos neste Edital, para receber a delegação de competência para o exercício de funções de agência de água da bacia hidrográfica do rio Doce nos termos do art. 51 da Lei 9.433/97.



Os Comitês estaduais de Minas Gerais atuantes na área de abrangência da bacia hidrográfica do rio Doce (CBH Piranga, CBH Piracicaba, CBH Santo Antônio, CBH Caratinga, CBH Águas do Rio Manhuaçu e CBH Suaçuí Grande) deveriam considerar, na indicação ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais – CERH/MG, a ENTIDADE selecionada com base nos procedimentos deste Edital, para que seja procedido o ato de equiparação à função de agência de água da bacia hidrográfica do rio Doce, em conformidade com o previsto no art. 37 da Lei 13.199/1999 (MG).

Os Comitês estaduais do Espírito Santo atuantes na área de abrangência da bacia hidrográfica do rio Doce (CBH Rio Guandu, CBH Santa Maria do Doce, CBH Rio Santa Maria do Doce) deveriam considerar, na indicação ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Espírito Santo – CERH/ES, a ENTIDADE selecionada com base nos procedimentos deste Edital – e após sua qualificação no Programa de Organizações Sociais do Estado do Espírito Santo, conforme Lei Complementar nº 489/2009 (ES) – para receber a delegação de competência para o exercício de funções de Agência de Água da bacia hidrográfica do rio Doce, em conformidade com o previsto nos artigos 45 e 46, parágrafo único, da Lei 5.818/1998 (ES).

Ainda em 2011 os Comitês Mineiros e o CBH Doce aprovam a indicação, ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH e Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais – CERH/MG, do Instituto BioAtlântica – IBIO para desempenhar, por prazo determinado no contrato de gestão, funções de Agência de Água na bacia hidrográfica do rio Doce como entidade delegatária/equiparada dessas funções, conforme Deliberações da Tabela 3. Na mesma data, é aprovada a minuta dos Contratos de Gestão, a serem celebrados entre o IBIO e ANA, e entre IBIO e IGAM para desempenhar funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce.

Tabela 3 - Deliberações aprovando a indicação do IBIO para funções de Agência de Água

Comitê de Bacia Hidrográfica	Deliberação
CBH Doce	Deliberação CBH Doce nº 30, de 24 de agosto de 2011
CBH Piranga	Deliberação CBH Piranga nº 06, de 25 de agosto de 2011
CBH Piracicaba	Deliberação CBH Piracicaba nº 17, de 23 de agosto de 2011
CBH Santo Antônio	Deliberação CBH Sto. Antônio nº 11, 02 de setembro de 2011
CBH Suaçuí	Deliberação CBH Suaçuí nº 30, de 30 de agosto de 2011
CBH Caratinga	Deliberação CBH Caratinga nº 10, de 31 de agosto de 2011
CBH Manhuaçu	Deliberação CBH Manhuaçu nº 02, 01 de setembro de 2011

Após aprovação dos Comitês, o tema foi discutido e a delegação/equiparação do Instituto BioAtlântica (IBIO - AGB Doce) foi aprovada pelo CNRH - Conselho Nacional de Recursos Hídricos, por meio da Resolução CNRH nº 130, de 20 de setembro de 2011 e pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais na Deliberação CERH/MG nº 295, de 16 de dezembro de 2011.

O Contrato de Gestão nº 072/ANA/2011 foi celebrado em 26 de outubro de 2011 entre a Agência Nacional de Águas - ANA e o Instituto BioAtlântica (IBIO - AGB Doce), Entidade Delegatária, com a anuência do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, para o exercício de funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, foi publicado no D.O.U em 04 de novembro de 2011.



O Contrato de Gestão nº 001/2011 entre Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM e o Instituto BioAtlântica (IBIO – AGB Doce), Entidade Equiparada, com a anuência dos Comitês da Bacia Hidrográfica do Rio Piranga – DO1, do Rio Piracicaba – DO2, do Rio Santo Antônio – DO3, do Rio Suaçuí – DO4, do Rio Caratinga – DO5, e águas do Rio Manhuaçu – DO6, para o exercício de funções de Agência de Água, foi celebrado em 21 de dezembro de 2011 e publicado no D.O.E.M.G em 10 de janeiro de 2012.

Com anuência dos Comitês Capixabas o Instituto BioAtlântica (IBIO – AGB Doce) ainda aguarda assinatura do Contrato de Gestão com o Instituto Estadual de Meio Ambiente- IEMA para o exercício de funções de Agência de Água na porção capixaba da bacia hidrográfica do Rio Doce.

1.5. Plano de Aplicação Plurianual – PAP Doce

O Plano de Aplicação Plurianual, instrumento básico e harmonizado de orientação dos estudos, planos, projetos e ações a serem executados com recursos da cobrança pelo uso da água em toda a bacia hidrográfica do rio Doce, para o período de 2012 a 2015. O Plano de Aplicação Plurianual se pauta pelas seguintes premissas:

- Os estudos, planos, projetos e ações a serem executados devem estar em conformidade com os programas estabelecidos no Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – PIRH e Planos de Ações de Recursos Hídricos das Bacias Afluentes – PARHs, e com as metas definidas nos Contratos de Gestão firmados entre o IBIO – AGB Doce com a Agência Nacional de Águas – ANA e com o Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM e no Pacto para Gestão Integrada das Águas na Bacia Hidrográfica do Rio Doce – Pacto das Águas;
- As diretrizes devem ser harmonizadas para toda a bacia hidrográfica do rio Doce, de forma a otimizar a aplicação dos recursos da cobrança;
- Com vistas a qualificar e alavancar investimentos para toda a bacia hidrográfica do rio Doce, os recursos devem apoiar, preferencialmente, a elaboração de estudos e projetos, bem como ações de proteção, preservação, conservação e recuperação de mananciais, além de ações de capacitação, treinamento, mobilização social e educação ambiental com foco em recursos hídricos.

O objetivo que é, por meio do PAP, seja possível implementar as metas estabelecidas nos Contratos de Gestão e no Pacto das Águas e os programas e ações do PIRH/PARHs Doce considerados prioritários no período de 2012 a 2015. Além de proporcionar o aumento da disponibilidade de água; de reduzir os níveis de poluição hídrica na bacia e apoiar a adoção de medidas de proteção e



preservação de nascentes e de práticas de conservação de água e solo e fomentar ações de prevenção e defesa a acidentes e eventos hidrológicos críticos.

Para fins de aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso da água, no período entre 2012 e 2015, foram priorizados programas do PIRH/PARHs Doce de hierarquia 1, 2 e 3, tendo em vista a relevância e a urgência na sua implementação. O PAP foi inicialmente aprovado pelo CBH Doce e pelos Comitês Estaduais de Minas Gerais em 2012 definindo valores a serem investidos em cada um dos programas do PIRH/PARH, conforme Deliberações da Tabela 4.

Tabela 4 - Deliberações que aprovaram o Plano de Aplicação Plurianual – PAP

Comitê de Bacia Hidrográfica	Deliberação
CBH Doce	Deliberação CBH Doce nº 32, de 26 de abril de 2012
CBH Piranga	Deliberação CBH Piranga nº 02, de 12 de abril de 2012
CBH Piracicaba	Deliberação CBH Piracicaba nº 22, de 11 de abril de 2012
CBH Santo Antônio	Deliberação CBH Sto. Antônio nº 14, de 13 de abril de 2012
CBH Suaçuí	Deliberação CBH Suaçuí nº 34, de 19 de abril de 2012
CBH Caratinga	Deliberação CBH Caratinga nº 12, de 17 de abril de 2012
CBH Manhuaçu	Deliberação CBH Manhuaçu nº 02, de 18 de abril de 2012

Porém, considerando a necessidade de adequar os desembolsos na bacia às estimativas mais recentes de arrecadação oriunda da cobrança pelo uso de recursos hídricos; considerando a necessidade de concentrar a aplicação dos recursos em um menor número de programas e ações; e considerando os resultados das discussões ocorridas no âmbito dos comitês da bacia durante os meses de abril a junho de 2014, os Comitês estaduais e federal decidem por readequar alguns itens do documento, assim como os valores alocados para cada programa a cada ano restante dos Contratos de Gestão celebrados entre o IBIO – AGB Doce, a ANA e o IGAM. Na Tabela 5 abaixo estão descritas as Deliberações que aprovaram as readequações do PAP. Na Tabela 6 estão demonstrados os valores alocados, referentes aos recursos arrecadados e repassados pela ANA, após readequação do PAP. Na Tabela 7 estão demonstrados os valores alocados, referentes aos recursos arrecadados e repassados pela IGAM, após readequação do PAP.

Tabela 5 – Deliberações que aprovaram readequação do Plano de Aplicação Plurianual - PAP

Comitê de Bacia Hidrográfica	Deliberação
CBH Doce	Deliberação CBH Doce nº 42, de 14 de agosto de 2014
CBH Piranga	Deliberação CBH Piranga nº 10, de 03 de junho de 2014
CBH Piracicaba	Deliberação CBH Piracicaba nº 27, de 04 de junho de 2014
CBH Santo Antônio	Deliberação CBH Sto. Antônio nº 20, de 22 de maio de 2014
CBH Suaçuí	Deliberação CBH Suaçuí nº 45, de 21 de maio de 2014
CBH Caratinga	Deliberação CBH Caratinga nº 03, de 11 de junho de 2014
CBH Manhuaçu	Deliberação CBH Manhuaçu nº 30, de 10 de junho de 2014

Tabela 6 – PAP da Bacia do Rio Doce com recursos arrecadados e repassados pela ANA

METAS, PROGRAMAS E AÇÕES PRIORIZADOS		ESPACIA- LIZAÇÃO	2012 (mil R\$)	2013 (mil R\$)	2014 (mil R\$)	2015 (mil R\$)	TOTAL (mil R\$)
1	Estudo de aprimoramento dos mecanismos de cobrança com base nos itens discriminados no indicador 3C do Contrato de Gestão	Toda a bacia	-	999	--	--	999
2	Pesquisa quadrienal junto aos usuários sobre o atendimento dos objetivos da cobrança na bacia do rio Doce conforme indicador 3D do Contrato de Gestão	Toda a bacia	--	--	--	200	200
3	Programa de Saneamento da Bacia (P11)	9 Bacias afluentes	-	18	-	-	18
4	Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura (P22)	UGRHs 4 a 9	--	308	1.560	940	2.808
5	Programa de Convivência com as Cheias (P31)						
	Levantamento de seções topobatimétricas nas calhas dos principais rios da bacia para o modelo hidráulico de propagação de vazões.		-		500	500	1.000
	Aquisição de imagem satélite de alta resolução para definição da mancha de inundação nas áreas urbanas de cidades consideradas prioritárias.		-	241	-	-	241
	Definição da mancha de inundação da área rural, a partir de modelo digital de elevação – MDE, agregado ao mapa de uso e ocupação do solo.						
	Levantamento e consistência dos dados hidrometeorológicos, inclusive dos dados fluviométricos / Levantamento de informações complementares (intervenções estruturais de interesse) / Desenvolvimento de modelo hidrológico, incluindo calibração, simulação e análises / Desenvolvimento do modelo hidráulico, incluindo calibração, simulação e definição dos perfis da linha d'água e das manchas de inundação / Acoplamento dos dados de entrada dos modelos meteorológicos com o modelo hidrológico e deste com o modelo hidráulico. - Desenvolvimento da interface gráfica para operacionalização do modelo no sistema de alerta / Desenvolvimento do Sistema de Previsão e do Sistema de Intervenções Estruturais.	Toda a bacia	-	-	1750	1000	2.750
	Concepção de um conjunto de intervenções não estruturais de controle de cheias.					250	250
6	Programa de Universalização do Saneamento (P41):		-	67	1.850	5.930	7.847
7	Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52)	9 Bacias afluentes	-	4	2.250	2.250	4.504
8	Programa de Monitoramento e Acompanhamento da Implementação da Gestão Integrada dos Recursos Hídricos (P61):						
	Fortalecimento dos Comitês (P61.2)	Toda a bacia	495	1.115	2.340	1.100	5.050
	Sistema de informações (SIG GESTÃO) (P61.a)	Toda a bacia	-	-	150	350	500
9	Programa de Comunicação Social (P71)	Toda a bacia	-	156	500	500	1.156
10	Programa de Educação Ambiental (P72)	Toda a bacia	-	43	500	800	1.343
11	Programa de Treinamento e Capacitação (P73)	Toda a bacia	-	43	-	-	43
Total Geral			495	2.994	11.400	13.820	28.709



Relatório de Gestão do Exercício de 2015 – Contrato de Gestão 072/ANA/2011

Tabela 7 – PAP da Bacia do Rio Doce com recursos arrecadados e repassados pela IGAM

METAS, PROGRAMAS E AÇÕES PRIORIZADOS		2012 (mil R\$)	2013 (mil R\$)	2014 (mil R\$)	2015 (mil R\$)	TOTAL (mil R\$)
UGRH01 - Piranga						
1	Programa de Saneamento da Bacia (P11)	-	1	-	650	651
2	Programa de Universalização do Saneamento (P41)	-	5	2.300	5.400	7.705
3	Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52)	-	-	-	1.000	1.000
4	Fortalecimento dos Comitês (P61.2)	-	-	100	100	200
	Sistema de informações (SIG GESTÃO) (P61.a)	-	157	-	-	157
5	Programa de Comunicação Social (P71)	-	4	-	-	4
Subtotal UGRH01 - Piranga		-	167	2.400	7.150	9.717
UGRH02 - Piracicaba						
1	Programa de Saneamento da Bacia (P11)	-	47	1.500	4.500	6.047
2	Programa Produtor de Água (P24)	-	-	1.000	1.400	2.400
3	Programa de Universalização do Saneamento (P41)	-	164	5.500	4.000	9.664
4	Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52)	-	1	1.000	5.000	6.001
5	Fortalecimento dos Comitês (P61.2)	-	-	100	100	200
	Sistema de informações (SIG GESTÃO) (P61.a)	-	412	-	-	412
6	Programa de Comunicação Social (P71)	-	3	-	-	3
7	Programa de Educação Ambiental (P72)	-	-	200	600	800
8	Programa de Treinamento e Capacitação (P73)	-	-	200	600	800
Subtotal UGRH02 - Piracicaba		-	627	9.500	16.200	26.327
UGRH03 - Santo Antônio						
1	Programa de Universalização do Saneamento (P41)	-	1	500	2.500	3.001
2	Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52)	-	-	-	932	932
3	Fortalecimento dos Comitês (P61.2)	-	-	50	50	100
4	Programa de Comunicação Social (P71)	-	3	-	-	3
Subtotal UGRH03 - Santo Antônio		-	4	550	3.482	4.036
UGRH04 - Suaçuí						
1	Programa de Universalização do Saneamento (P41)	-	-	500	1.200	1.700
2	Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52)	-	0,5	-	-	1
3	Fortalecimento dos Comitês (P61.2)	-	-	50	50	100
4	Programa de Comunicação Social (P71)	-	3,5	-	-	4
Subtotal UGRH04 - Suaçuí		-	4	550	1.250	1.804
UGRH05 - Caratinga						
1	Programa de Universalização do Saneamento (P41)	-	-	500	1.500	2.000
2	Fortalecimento dos Comitês (P61.2)	-	-	50	50	100
3	Programa de Comunicação Social (P71)	-	3	-	-	3
Subtotal UGRH05 - Caratinga		-	3	550	1.550	2.103
UGRH06 - Manhuaçu						
1	Programa de Universalização do Saneamento (P41)	-	1	500	1.500	2.001
2	Fortalecimento dos Comitês (P61.2)	-	-	50	50	100
3	Programa de Comunicação Social (P71)	-	3	-	-	3
Subtotal UGRH06 - Manhuaçu		-	4	550	1.550	2.104
Total Geral		-	809	14.100	31.182	46.091



2. APRESENTAÇÃO

Neste relatório foram apresentadas as providências adotadas pelo IBIO – AGB Doce que envolvem sua estrutura administrativa, corpo técnico e mobilização utilizando 7,5% dos recursos federais e estaduais oriundos da cobrança pelo uso de recursos hídricos. A utilização dos recursos estaduais se deve pelo fato que possuímos corpo técnico único para execução dos programas previstos no Plano de Aplicação Plurianual e parte deste corpo técnico foi contratado com os recursos federais e parte com recursos estaduais.

As providências adotadas pelo IBIO – AGB Doce que serão descritas a seguir estão separadas por Programa e Subprograma do PIRH – Doce. As recomendações de ações com vista na aceleração da implementação do PIRH – Doce serão apresentadas para todos os programas e subprogramas em um único tópico. Consideramos ser a melhor forma de apresentar as recomendações uma vez que a maioria delas visam acelerar a implementação do PIRH – Doce como um todo e não um programa ou subprograma específico.

Para elaboração deste relatório, as providências adotadas pelo IBIO – AGB Doce para execução as ações previstas no PIRH-Doce estão agrupadas por Programa e Subprograma do PIRH-Doce. Em cada programa, estão descritas as ações relacionadas à elaboração de documentação e processos administrativos para contratação de bens e serviços; articulação e mobilização realizada; processos seletivos realizados; e as providências adotadas durante a execução das contratações realizadas pelo IBIO – AGB Doce.

Para cada Programa e Subprograma do PIRH-Doce que for descrito neste relatório serão identificados o seu correspondente direto no Plano de Aplicação Plurianual. Ou seja, além da identificação das providências adotadas pelo IBIO – AGB Doce no PIRH-Doce, também constará a identificação no PAP.

3. DISPONIBILIDADE DE ÁGUA – BALANÇOS HÍDRICO

3.1. Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura (P22)

3.1.1. Descrição

Em todo o mundo, a irrigação é o uso mais importante de água. A possibilidade de implantar um processo de cobrança por este uso apresenta como dificuldades os elevados volumes a serem considerados e uma capacidade limitada de pagamento. Por outro lado, uma estratégia de cobrança bem elaborada contribui para a redução do consumo da água, seja por um uso mais eficiente, seja pela alteração do elenco de culturas explorado. Na bacia, o diagnóstico e o prognóstico apontam para um elevado consumo de água pela irrigação em algumas bacias, com possíveis conflitos entre os diversos usos ou usuários; possibilidade de esgotamento de mananciais superficiais e sub-superficiais de água, com reflexos na qualidade da água; e possibilidade de contaminação de aquíferos, considerados reservas estratégicas para atendimento de usos prioritários.

As demandas de irrigação constituem uma importante parcela da demanda total nas bacias do Espírito Santo (Guandu, Santa Maria do Doce e Santa Maria do Doce), abrangendo bacias onde o balanço hídrico, atual ou projetado, mostra-se como desfavorável. Desta maneira, uma ação de incentivo ao uso racional da água neste setor mostra-se como uma importante ação para diminuir o impacto do mesmo sobre as vazões retiradas.

É importante frisar que a inexistência de uma base de dados consistente dificulta uma avaliação prospectiva destas demandas hídricas, visto que o cadastro das outorgas ainda é um instrumento que deve ser aprimorado para o conhecimento não só das retiradas efetivamente utilizadas, mas também dos tipos de culturas, áreas irrigadas e métodos de irrigação.

Não obstante, a irrigação constitui um segmento de uso em que o emprego de tecnologias modernas, aliada a processos de conservação da água, encontra a maior possibilidade de racionalização. Ou seja, a adoção de práticas de conservação de água na irrigação sempre tem encontrado um bom retorno em termos de diminuição de custos e do volume consumido, mantendo-se boas produções agrícolas. Neste sentido, a cobrança pelo uso da água pode vir a se tornar um eficiente indutor de difusão de tecnologias de racionalização do uso da água, ao penalizar os usos mais perdulários. Em uma ação vertical, este programa deverá agir desde a geração de uma informação mais qualificada a respeito das demandas de irrigação, bem como propor um sistema de cobrança que incentive ao uso racional da água na agricultura. Desta forma, alcançando a médio e longo prazo a melhoria gradativa da disponibilidade e da qualidade da água pela redução de



demanda na irrigação; com vistas a uma redução de conflitos pelo uso da água entre este e outros usos.

Os recursos deste Programa serão igualmente aplicados em seis áreas a serem selecionadas nas bacias afluentes mineiras correspondentes às UGRHs 04, 05 e 06 (Suaçuí, Caratinga e Manhuaçu), e nas unidades da porção capixaba, UGRHs 07, 08 e 09 (Guandu, Santa Maria do Doce e Pontões e Lagoas do Doce).

3.1.2. Ações do IBIO – AGB Doce²

Para este programa, houve necessidade de um trabalho de mobilização e de divulgação de seus objetivos em cada um dos CBH com atuação nas UGRHs definidas no PAP para participar deste programa. A intenção seria que os CBHs conhecessem melhor as ações a serem realizadas no programa e pudessem indicar as propriedades agrícolas a serem atendidas pelo programa.

Estima-se que 240 propriedades rurais, indicadas pelos respectivos comitês, serão contempladas pelo programa, sendo para 2013/2014: 80 propriedades rurais, sendo 40 para cada comitê CBH Caratinga e CBH Guandu; para 2014/2015: 80 propriedades rurais, sendo 40 para cada comitê CBH Manhuaçu e CBH Santa Maria do Doce e para 2015/2016: 80 propriedades rurais, sendo 40 para cada comitê CBH Suaçuí e CBH Pontões e Lagoas do Doce.

Em 2015, foram efetuados trabalhos nos CBH Manhuaçu e CBH Santa Maria do Doce, onde todas as 80 propriedades rurais, indicadas pelos comitês, já foram atendidos. Nesse mesmo ano, começamos os trabalhos nos CBH Suaçuí e CBH Pontões e Lagoas do Doce, sendo que o CBH Pontões e Lagoas do Doce já indicou todos os 40 produtores para participação no programa e o CBH Suaçuí já indicou 32 produtores. Nestes, alguns dos produtores indicados, já foram visitados, cadastrados, os aparelhos Irrigâmetros instalados e os produtores treinados e o restante dos produtores vão ser trabalhos no ano de 2016.

Para iniciarmos o programam em cada comitê de bacia, é apresentado o Plano de Trabalho detalhado, onde são informadas todas as atividades a serem realizadas, bem como o cronograma de execução. Depois o plano de trabalho ter sido aprovado, inicia-se os trabalhos, onde devem ser entregues 03 (três) Relatórios Técnicos Parciais e o Relatório Final. Dentre as realizações podemos pontuar:

² Nesta seção são apresentadas as ações que o IBIO – AGB Doce realizou para viabilizar a execução dos programas do PAP e PRIH. São ações administrativas relacionadas à contratação de empresas especializadas na execução destes projetos, assim como o gerenciamento destes contratos, validação dos produtos entregues, articulações e mobilização.

Mobilização das equipes

Os trabalhos começaram com a da proposta de trabalho para implementação do programa aos membros dos comitês de bacia e à sociedade civil organizada, com reuniões agendadas previamente pelos comitês participantes. Após estas reuniões, é repassada, pelos CBH participantes, a relação prévia sobre os 40 produtores rurais indicados para participar do programa.

Lista de Participantes Indicados pelo Comitê de Bacia Hidrográfica

Com as equipes da empresa contratada (FUNARBE) formadas, sendo uma equipe por UGRH a ser trabalhada, a lista dos participantes indicados é separada por município. Após, começavam os trabalhos de análise dos cadastros, referente a dados do proprietário e de sua propriedade, qual a sua localização dentro do município, qual a cultura trabalhada, sistema de irrigação utilizada, dentre outras informações.



Figura 4 - Reunião pelo CBH Santa Maria do Doce, para apresentação da proposta de trabalho.



Figura 5 - Palestra em Mutum-MG, pelo CBH Manhuaçu, apresentação do programa, para produtores rurais.

Amostragem de solos e avaliação dos sistemas de irrigação

Em visita aos imóveis indicados, na propriedade participante é confirmado o interesse em participar do programa, sendo positivo, inicia-se com as amostras de solos, da área irrigada e avaliado e o sistema de irrigação utilizado. Todos os dados coletados são analisados posteriormente, para que seja repassada a empresa Irrigacerto Irrigação Ltda., para que possa padronizar o Irrigâmetro para o imóvel participante.



Figura 6 - Cadastramento do participante Carlos Alberto Tomasi do município de Colatina-ES.



Figura 7 - Visita ao produtor rural indicado, Ricardo Braga, no município de Marilac-MG.



Figura 8 - Amostragem para caracterização físico-hídrica do solo da propriedade do participante Edmundo Kuhlmann Neto do município de Ipanema-MG.



Figura 9 - Coleta de água do aspersor para caracterização do sistema de irrigação de capim em piquetes do participante Edmundo Kuhlmann Neto do município de Ipanema-MG.



Figura 10 - Amostragem para caracterização físico-hídrica do solo da propriedade do participante Herculano Ferreira Ker do município de Lajinha-MG.



Figura 11 - Coleta de água do aspersor para caracterização do sistema de irrigação em olerícolas do participante Herculano Ferreira Ker do município de Lajinha-MG.

Instalação de Irrigômetros e treinamento dos operadores do sistema de irrigação

Depois de realizado os passos acima, cada aparelho Irrigômetro é customizado por imóvel participante e posteriormente instalado na propriedade, já começando o treinamento dos operadores do Irrigômetro. Este treinamento é feito de modo individual por imóvel participante, treinando o proprietário e/ou os responsáveis pelo sistema de irrigação, que em alguns casos são a própria família do participante. Posteriormente são realizadas visitas periódicas, por técnicos da empresa, aos imóveis para condução dos trabalhos de leitura do Irrigômetro, onde são realizados novos treinamento, caso necessário.



Figura 12 - Instalação do Irrigômetro, na propriedade do produtor Flávio Marçal em Alvarenga - MG.



Figura 13 - Instalação do Irrigômetro e treinamento do participante Thiago da Silva Correia do município de Conceição de Ipanema - MG.



Figura 14 - Instalação do Irrigâmetro e treinamento do participante e da equipe da propriedade do participante Valmir Antônio Védova do município de Itaguaçu-ES.

Dia de Campo

Nas UGRHs participantes são realizados um Dia de Campo. Na UGRH6 Manhauçu foi realizado em 29 de outubro de 2015, na fazenda Agropecuária Paraíso, de propriedade de Edmundo Kuhtmann Neto. O evento contou com a presença de mais de 70 participantes, na grande maioria produtores. Na UGRH8 Santa Maria do Doce foram realizados dois dia de campo, sendo um no dia 27 de agosto de 2015, no Sítio Gon, de propriedade do senhor José Gon e outro no dia 28 de agosto de 2015, na fazenda Agropecuária Paraíso, de propriedade do Expedito Bridi. Os dois eventos foram para produtores rurais, irrigantes, membros da sociedade civil organizada, cooperativas de produtores e trabalhadores rurais, sindicatos, produtores com interesse em manejo de irrigação, instituições de extensão rural e de pesquisa, e contaram com a participação de aproximadamente 95 participantes no município de Colatina e 148 participantes no município de Santa Tereza.

Estes eventos são para divulgação do programa na região e de aprendizagem dos produtores rurais sobre métodos de manejo de irrigação das culturas trabalhadas.

O Dia de Campo é formatado em três etapas, onde os produtores obtêm conhecimento sobre o manejo da irrigação, uso correto de defensivos agrícolas, manejo de pastagens, produção de água na propriedade rural, qualidade da água / entupimento do sistema de irrigação / filtragem da água e nutrição de plantas / adubação.



Figura 15 - Parte do público presente no dia de campo realizado em Santa Tereza-ES, com presença maciça de representantes dos municípios capixabas.



Figura 16 - Convite do Dia de Campo, realizado no município de Ipanema – MG, do produtor Edson Kuhlmann Neto



Figura 17 - Convite do Dia de Campo, realizado no município de Colatina –ES, do produtor José Gonçalves



Figura 18 - Convite do Dia de Campo, realizado no município de Santa Tereza –ES, do produtor Expedito Bridi

Acompanhamento do manejo de irrigação

Toda nova tecnologia, quando introduzida, é necessário o acompanhamento sistemático. Para fazer este acompanhamento, uma planilha foi entregue a cada participante, onde deveria ser registrado: 1) a hora da leitura; 2) a face da Régua de Manejo; 3) A leitura do nível de água no Tubo de Alimentação; 4) em que face de cor da Régua de Manejo; 5) a quantidade de chuva; 6) Se decidir irrigar ou não; 7) Se for necessário irrigar, qual o tempo de operação; 8) qual o nível de água que deveria ser repostado no Tubo de Alimentação, após a uma chuva ou uma irrigação.

Nos participantes indicados pelos CBH Manhauçu-MG e Santa Maria do Doce-ES (Tabela 8) foram trabalhados 27 tipos de culturas diversas: Pastagem, Forragem, Sorgo, Capim Mombaça, Café

Comilona, Café Arábica, Campineira, Tomate, Milho, Feijão, Hortaliças, Vagem, Pimentão, Chuchu, Plantas Ornamentais, Cana, Manga Ubá, Cacau, Oleícolas, Banana, Feijão, Goiaba, Inhame, Limão, Pimenta, Uva e Pinha.

Tabela 8 – Lista de municípios em cada UGRH

Bacia	Municípios participantes
Manhuaçu – MG	Conceição de Ipanema, Ipanema, Lajinha, Manhuaçu, Manhumirim, Martins Soares, Mutum, Pocrane, Santa Rita do Itueto e Simonésia.
Santa Maria do Doce - ES	Colatina, Santa Tereza, Itaguaçu e São Roque do Canaã.

Quanto ao quantitativo de áreas irrigadas no âmbito do programa, a soma dos dois comitês, já trabalhados, foi de 154,30 ha no CBH Manhuaçu e 171,46 ha no CBH Santa Maria do Doce, perfazendo um total de 325,46 ha.

Nas UGRHs 4 e 9 (Suaçuí/MG e Pontões e Lagoas do Doce/ES), os trabalhos de cadastramento e visitas já foram iniciados, tendo sido instalados 44 aparelhos Irrigômetros, sendo 21 no Suaçuí e 23 no Santa Maria do Doce.



Figura 19 - Instalação do Irrigômetro e treinamento do participante, Expedito Martins Godoy, no município de Frei Inocêncio, pelo CBH Suaçuí - MG.



Figura 20 - Treinamento do participante Renato Valentin Vieira Bianchini e responsáveis pela propriedade, no município de Linhares, pelo CBH Pontões e Lagoas do Doce – ES.

Participação em eventos e Comunicação

O programa P-22, foi convidado a participar fazendo uma apresentação do programa “Incentivo ao Uso Racional de Água Na Agricultura”, como caso de sucesso, no XVII ENCOB Encontro Nacional de Comitês de Bacia Hidrográficas, ocorrido entre o período de 04 a 09 de outubro de 2015, em Caldas Novas-GO.



Figura 21 - Stand do CBH – DOCE, com apresentação do programa e no palco principal do evento.



Figura 22 - Participação no Seminário sobre Crise Hídrica e dos impactos da lama de rejeito no Rio Doce, realizado no auditório do IFES, no município de Colatina-ES.



Figura 23 - Reportagem da Rede Gazeta – Filiada da rede Globo, sobre o programa e resultados no manejo da irrigação, no dia de campo realizado em Colatina - ES.

3.1.3. Identificação no PIRH-Doce

Programa: Quantidade de Água – Balanços Hídricos

Subprograma: P 22 - Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura

Objeto:

Identificação de áreas irrigadas em trechos críticos das bacias indicadas, com verificação das condições das estruturas de captação, da condução técnica das lavouras, do processo de outorga e



licenciamento, e estimativa, via modelo hidrológico, da vazão outorgável nos pontos de captação. Definição de estratégias de cobrança e da divulgação de informações sobre as necessidades de água das culturas, análise de valores que gerem o incentivo ao aumento da eficiência do uso de água na irrigação pela tarifa. Abertura de um canal de comunicação institucional entre os Comitês e a população rural via serviços públicos e privados de assistência técnica e extensão rural para apresentação de demandas não identificadas pela análise das imagens de satélite, impactos não previstos na implantação da cobrança, situações de conflitos não identificados, entre outros.

Valor: R\$ 4.000.000,00

3.2. Programa Produtor de Água (P24)

3.2.1. Descrição

A bacia apresenta muitas áreas degradadas, nas quais a infiltração de água no solo está aquém da capacidade natural. A redução da infiltração representa uma elevação do deflúvio superficial instantâneo, com redução do armazenamento de água no solo. Com isto, são observados tanto o aumento da vazão máxima gerada por precipitações intensas, como a depleção excessiva a época das secas, por redução do fluxo de base. Além disto, a redução da infiltração eleva os processos erosivos, a perda de nutrientes do solo e a redução da cobertura vegetal, em um processo cíclico e destrutivo.

As atividades de revitalização de bacias constituem um meio eficiente de produzir benefícios ambientais permanentes e aumento das vazões mínimas dos cursos d'água. Embora sejam, em grande extensão, de interesse ou responsabilidade do proprietário rural, enfrentam limitações à sua aplicabilidade prática, devido ao desconhecimento de seus benefícios e a limitações financeiras da atividade rural. Para permitir o avanço nestes empreendimentos, há necessidade de aportes de recursos públicos e de instituições com interesse nas melhorias ambientais resultantes.

Práticas de conservação do solo em áreas extensas já foram adotadas com sucesso em outros estados, como o Paraná e o Rio Grande do Sul, em regiões que apresentavam processos intensos de erosão. No entanto, há duas diferenças básicas a serem consideradas:

- O uso das terras era essencialmente vinculado à produção mecanizada de grãos, ou seja, havia máquinas e equipamentos próprios para a execução da maior parte das intervenções;
- Não havia recursos específicos para o financiamento da implantação das estruturas propostas.



No Estado de Minas Gerais está em vigência a Lei 17.727, de 13 de agosto de 2008, que dispõe sobre a concessão de incentivo financeiro a proprietários e posseiros rurais, sob a denominação de Bolsa Verde. Visa a concessão de incentivo financeiro a proprietários e posseiros rurais, para identificação, recuperação, preservação e conservação de áreas necessárias à proteção e à recarga de aquíferos, nos termos da legislação vigente. As fontes de recursos para o seu cumprimento são provenientes do FHIDRO – Fundo de Recuperação de Recursos Hídricos, cobrança pelo uso da água e outros.

O programa tem como foco o levantamento de áreas potenciais e identificação de parcerias para implantação do programa; elaboração de diagnóstico socioambiental das áreas com cálculo da valoração econômica do serviço ambiental a ser pago; levantamento detalhado das propriedades rurais das áreas selecionadas; elaboração dos projetos específicos das unidades rurais que aderirem ao projeto; celebração dos contratos com definição de metas; implantação das ações de investimentos previstas (tais como, cercas, barraginhas, plantio de mudas); pagamento pelos serviços ambientais após verificação do cumprimento de metas; monitoramento dos resultados atingidos pelo programa na qualidade e quantidade da água.

Para este programa especificamente o CBH Doce, no processo de readequação do PAP, optou por realocar os recursos deste programa para outros prioritários. Inicialmente havia sido previsto o total de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) para o período de 2012 a 2015 para executar as ações de recuperação ambiental e pagamento por serviços ambientais em três mananciais de abastecimento de três municípios localizados um na parte alta, média e baixa da bacia do rio Doce. Depois da readequação do PAP, apenas o CBH Piracicaba optou por manter os recursos financeiros oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos por parte do IGAM para este programa, totalizando 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos reais) para os anos de 2014 e 2015. Assim, todas as ações executadas pelo IBIO – AGB Doce foram ações realizadas na bacia do Rio Piracicaba com recursos da cobrança estadual.

3.2.2. Ações do IBIO – AGB Doce

Através do pagamento por serviços ambientais prestados por produtores rurais, o Programa Produtor de Água tem como objetivo a recuperação de áreas estratégicas, de forma a refletir na melhoria da qualidade ambiental da bacia. Após o levantamento de áreas potenciais para a implantação do programa, um diagnóstico socioambiental e a valoração econômica para serviços ambientais são elaborados, contendo o levantamento detalhado das propriedades rurais inseridas na microbacia selecionada. Em seguida, projetos específicos das unidades rurais pertencentes ao programa são elaborados. Através da celebração de um contrato, os produtores rurais se comprometem a investir em ações que resultem no aumento da qualidade e quantidade de água,

conforme apontado no diagnóstico. Por meio de parcerias, os produtores rurais serão pagos pelos serviços ambientais, conforme resultados apresentados em suas propriedades.

Todo o programa foi desenvolvido na jurisdição do Comitê de Baía Hidrográfica do Rio Piracicaba, no município de Itabira, na bacia hidrográfica do Ribeirão Candidópolis, principal manancial da cidade e onde se realizou o estudo socioambiental proposto. O referido manancial possui uma área correspondente a 3.172 ha (três mil cento e setenta e dois hectares) que sofreu com o uso predatório do solo, o que caracteriza o processo de ocupação de quase todo o território nacional, se reflete na pecuária extensiva pouco planejada, baseada na substituição da cobertura vegetal original por pastagens em áreas de relevo acidentado e de solos pouco resistentes a erosão, conforme Figura 24 abaixo.



Figura 24 – Ribeirão Candidópolis

A primeira etapa deste programa, realização de Diagnóstico Socioambientais na Bacia do Ribeirão Candidópolis, bem como o Cálculo de Valoração Econômica do serviço Ambiental a ser pago aos Produtores Rurais já se encontra concluído, com o contrato encerrado em dezembro de 2014, durante o ano de 2015, foram realizadas ações de divulgação do programa, discussões dos resultados obtidos com o diagnóstico e construção de um documento à Agência Nacional de Água – ANA, para inclusão do projeto ao programa Produtor de Água desta agência.

Em reunião, com representantes do município de Itabira e do CBH Piracicaba, para discussão da inclusão do Ribeirão Candidópolis no programa Produtor de Água, realizada no dia 23 de abril de 2015, no município de Itabira, foi formado um grupo de trabalho – GT, composto por 18 representantes, a saber: Prefeitura Municipal de Itabira, Secretária Municipal de Meio Ambiente de

Itabira, CBH Piracicaba, SAAE Itabira, IBIO-AGB Doce, Universidade Estadual Minas Gerais-UEMG e Prefeitura Municipal de Ipatinga (Figura 25).



Figura 25 - Reunião do GT, para discussão de documento enviado a ANA.

Após a elaboração deste documento, este foi enviado a ANA, com a solicitação de ingresso do Projeto de PSA no Programa Produtor de Água, do qual ainda não obtivemos um posicionamento da ANA.

Participações para divulgação do programa

- Participação nos dias 17 a 18 de março de 2015 do "Seminário Produtor de Água" e também no dia 19 de março, em reunião com Dr. Devanir Garcia dos Santos – Coordenador de Implementação de Projetos Indutores da Agência Nacional de Água/ANA, sobre o Programa Produtor de Água, em Brasília-DF (Figura 26).



Figura 26 - Parte do público participante do Seminário Produtor de Água.

- Participação no Seminário sobre o Cadastro Ambiental Rural – CAR, em Ipatinga, no dia 15 de abril de 2015, onde houve a participação de aproximadamente 320 pessoas, com apresentação do programa Produtor de Água. Foi demonstrado aos presentes todo o estudo efetuado sobre o programa e suas ações de restauração ambiental na bacia, bem como os recursos financeiros necessários para a implementação do programa (Figura 27).



Figura 27 - Parte do público presente ao Seminário Produtor de Água

Para o novo Plano Aplicação Plurianual – PAP, 2016/2020, para o desenvolvimento do programa, o comitê de bacia hidrográfica do Rio Piracicaba, já reservou recursos para a continuidade do programa na bacia do Ribeirão Candidópolis, Itabira-MG. No município já existe uma mobilização dos moradores residentes na bacia do Ribeirão Candidópolis, para participação no programa com o pagamento por serviços ambientais – PSA, com grande aceitação e ansiedade de início dos trabalhos.



No município de Itabira, existem 02 programas em andamento, assim intitulados: “Preservar para Não Secar” elaborado e conduzido pela Prefeitura Municipal de Itabira, este programa visa o pagamento por serviço ambiental a produtores rurais que realizam trabalhos visando o aumento e proteção de suas nascentes e instalações de fossa sépticas para tratamento individualizado dos esgotos domésticos e o programa “Mãe D'água” que vem sendo desenvolvido pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE de Itabira, na área da bacia do ribeirão Candidópolis, com ações e intervenções ambientais, como: Construção de mini terraços em curva de nível, colocação de caixas de captação de enxurradas, cercamento de nascentes e reflorestamento com espécies nativas.

Também alocou recursos o CBH Piranga, para realização da primeira etapa do programa, que deve iniciar com o estudo do Diagnóstico Socioambientais da bacia a ser escolhida, bem como o Cálculo de Valoração Econômica do serviço Ambiental a ser pago aos Produtores Rurais.

3.2.3. Identificação no PIRH-Doce

Programa: Quantidade de Água – Balanços Hídricos

Subprograma: P 24 - Programa Produtor de Água

Objeto:

Mapeamento das áreas com uso atual inadequado, com o uso de mapas de solos e do modelo digital de elevação do terreno, com definição de classes de capacidade de uso das terras. Sobre este, é lançado o mapa da cobertura vegetal atual, identificando os pontos de sobre-utilização das terras. Ainda sobre este mapa, são aplicados algoritmos de definição das áreas permanentes de preservação, como as definidas pelos critérios de topo de morro, declividade e de faixa ciliar, verificando-se o grau de atendimento da legislação. As áreas críticas são identificadas (na escala de mapeamento, que pode contar com informações a cada 90 metros de elevação do terreno), sendo realizada visita a campo para confirmação das condições previstas e análise de possibilidade de intervenção. Dada a extensão territorial da bacia e o diagnóstico de importantes parcelas desta extensão com problemas de uso inadequado, o programa deve considerar a implantação de unidades demonstrativas que serão implantadas e monitoradas com recursos próprios do arranjo institucional, cujos resultados serão divulgados para o restante da bacia. Entre as alternativas a serem avaliadas estão o terraceamento, o cultivo em faixa e o mulching vertical, que consiste na abertura de fendas profundas no solo que são preenchidas com palha e restos vegetais inertes, mantendo um canal de comunicação entre a superfície e o perfil do solo, sem a interferência de possíveis camadas compactadas.

Valor: R\$ 10.800.000,00



4. SUSCETIBILIDADE A ENCHENTES

4.1. Programa de Convivência com as Cheias (P31)

4.1.1. Descrição

Em fevereiro de 1979 houve uma grande cheia. As cidades mais atingidas ao longo do rio Doce foram: Linhares, Colatina no Espírito Santo; Aimorés, Conselheiro Pena e Governador Valadares em Minas Gerais. Nos demais afluentes as cidades mais atingidas foram: Rio Piracicaba, Nova Era Timóteo e Coronel Fabriciano ao longo do rio Piracicaba; Caratinga do rio Caratinga e córrego São João; Manhuaçu do rio Manhuaçu; Ferros do rio Santo Antônio; Mariana do rio do Carmo; Frei Inocência do rio Suaçuí Grande e Itaguaçu do rio Santa Joana, está no Estado do Espírito Santo. Além disso, foram inundados dez trechos do leito da estrada de ferro Vitória Minas, no médio rio Doce, num total de 36 quilômetros, por 72 horas, mas por questões de segurança o tráfego foi interrompido por duas semanas, interrompendo a extração do minério de ferro. O tráfego da BR-101 e outras rodovias também foi interrompido. Estima-se que a cheia deixou 47.776 desabrigados, 74 mortos e 4.424 residências danificadas ou destruídas.

A cheia de 1997 ocorreu na bacia do rio Doce logo após o Réveillon. As cidades mais atingidas por esta cheia encontram-se na calha do rio Doce a jusante da cidade de Governador Valadares. A partir desta cheia foi criado o sistema de alerta na bacia, o qual é operado através de uma parceria entre a CPRM-Serviço Geológico do Brasil, Agência Nacional de Águas-ANA e Instituto Mineiro de Gestão das Águas-IGAM. Estima-se que a cheia deixou 57.705 desabrigados, 2 mortos e 7.225 residências danificadas ou destruídas.

Em janeiro de 2003 houve uma intensificação das chuvas na região, principalmente convectivas devido à formação da ZCAS. Em vários municípios foram registradas precipitações intensas, de curta duração, que provocaram grandes inundações em pequenas bacias. As principais cidades atingidas foram: Caratinga, Manhuaçu, Ponte Nova e Resplendor e outras localizadas nas bacias dos rios Caratinga, Manhuaçu e Guandu. Na bacia do Rio Caratinga as principais cidades atingidas foram: Caratinga, Ubaporanga, Inhapim e Dom Cavati. Em Caratinga, 1900 casas foram danificadas ou destruídas, 2 prédios foram destruídos, 2800 pessoas ficaram desalojadas ou desabrigadas, 120 deslizamentos de terra foram registrados, 6 pontes foram destruídas e houve 4 vítimas fatais. Em Ubaporanga 10 casas foram destruídas e 350 pessoas ficaram desalojadas ou desabrigadas. Em Dom Cavati 420 casas foram atingidas, 1200 ficaram desalojadas e 100 ficaram desabrigadas. Em Manhuaçu a BR 116 foi interrompida, houve inundações nas residências e no centro comercial e registrada uma vítima fatal.

Em janeiro de 2004 foram registradas inundações principalmente devido a chuvas convectivas. Em Manhuaçu, 685 pessoas ficaram desalojadas e 298 desabrigadas. Em Caratinga foram contabilizados prejuízos da ordem de 72 milhões de reais. A cheia de 2008 ocorreu no mês de dezembro e foi a máxima registrada na cidade de Ponte Nova, onde o nível do rio Piranga subiu mais de 6 metros. Na cidade Piranga, o rio de mesmo nome subiu mais de 8 metros.



Colatina (01/1997)



Caratinga (01/2003)



Ponte Nova (12/2008)



Governador Valadares (12/2008)

Figura 28 – Fotos das cheias de 01/1997, 01/2003 e 12/2008

O programa contempla levantamento de dados físicos; a aquisição de imagens satélite; a modelagem hidrológica; e a concepção de um conjunto de intervenções estruturais (tais como, barragens de controle de cheias, diques, canais de desvio, retificações) e não estruturais (tais como, sistema de alerta contra enchentes, articulação entre os comitês de bacia e a Defesa Civil, diretrizes para planos diretores municipais, Planos Municipais de Saneamento Básico, planos de drenagem) na bacia. Dentre as principais ações do Programa estão:

- Levantamento de seções topobatimétricas nas calhas dos principais rios da bacia para o modelo hidráulico de propagação de vazões;



- Aquisição de imagem satélite de alta resolução para definição da mancha de inundação nas áreas urbanas de cidades consideradas prioritárias;
- Definição da mancha de inundação da área rural, a partir de modelo digital de elevação – MDE, agregado ao mapa de uso e ocupação do solo;
- Levantamento e consistência dos dados hidrometeorológicos, inclusive dos dados fluviométricos / Levantamento de informações complementares (intervenções estruturais de interesse) / Desenvolvimento de modelo hidrológico, incluindo calibração, simulação e análises / Desenvolvimento do modelo hidráulico, incluindo calibração, simulação e definição dos perfis da linha d'água e das manchas de inundação / Acoplamento dos dados de entrada dos modelos meteorológicos com o modelo hidrológico e deste com o modelo hidráulico;
- Desenvolvimento da interface gráfica para operacionalização do modelo no sistema de alerta / Desenvolvimento do Sistema de Previsão e do Sistema de Intervenções Estruturais; e
- Concepção de um conjunto de intervenções não estruturais de controle de cheias.

4.1.2. Ações do IBIO – AGB Doce

Para a execução deste programa o IBIO – AGB Doce realizou, juntamente com a ANA e CPRM no mês de agosto de 2012 em Belo Horizonte – MG, reunião para nivelamento das ações executadas e em execução pelos diversos órgãos que possuíam linhas de ação que contemplavam o tema da convivência com as cheias. Houve participação da ANA, CPRM, SEMAD, IGAM, CEMIG, IEMA e MMA e como resultado desta reunião houve a proposta de criação de um Grupo Técnico de Cheias que é um grupo de apoio à Câmara Técnica de Gestão de Eventos Críticos (CTGEC) do CBH Doce e de articulação com as instituições supracitadas. Este grupo foi instituído pela CTGEC na reunião do dia 03/08/2012 e é coordenado pelo Coordenador Administrativo-Financeiro do IBIO – AGB Doce. O Grupo foi finalizado em 2014 tendo cumprido todos seus objetivos de articulação e mobilização dos principais atores da bacia com atuação na área. As atividades realizadas e resultados do Grupo foram apresentação pelo Coordenador em reunião da Câmara Técnica de Gestão de Eventos Críticos (CTGEC) realizada em Governador Valadares no dia 24 de julho de 2014.



Figura 29 – Reunião da CTGEC ocorrida no dia 24 de julho de 2014.

Foram realizadas algumas reuniões do grupo e outras com a SEDRU-MG que possui recursos do Ministério da Integração para investimentos em programas também de convivência com as cheias na bacia do rio Doce. São em torno de 15 milhões de reais a serem investidos na bacia hidrográfica dos rios Doce, Paraíba do Sul e Itabapuana. O alinhamento feito com a SEDRU-MG em reuniões realizadas é no sentido deste recurso ser utilizado para potencializar os investimentos na bacia dos recursos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos. O registro de uma das reuniões com a SEDRU-MG e Ministério da Integração está ilustrado na Figura 30. Atualmente o IBIO – AGB Doce apoia a SEDRU-MG na montagem do Termo de Referência para contratação de projetos.



Figura 30 – Reunião com SEDRU-MG e Ministério da Integração para alinhamento das ações



No dia 9 de setembro de 2014 foi realizada visita técnica pelo IBIO AGB-Doce à ANA para fins de apresentação do novo Diretor Geral da Entidade Delegatária/Equiparada, Sr. Ricardo Valory, além de participação em reuniões junto à SAF, SAG e SUM para discussão de questões técnicas e administrativas da entidade. Uma das discussões foi sobre o Programa de Convivência com as Cheias – P31 com participação dos Srs. Othon Fialho de Oliveira e Geraldo Lucatelli da SUM/ANA. Discutimos as próximas etapas previstas, incluindo a licitação do levantamento das seções topobatimétricas nas calhas dos principais rios e os encaminhamentos para a realização dos estudos hidrológicos e hidráulicos.

No dia 23 de setembro de 2015 voltamos a nos reunir com os técnicos da SUM, Srs. Othon Fialho de Oliveira e Geraldo Lucatelli, em Brasília, para rediscutirmos as estratégias para contratação das seções topobatimétricas, uma vez que, pelo quadro reduzido de técnicos no IBIO – AGB Doce, não foi possível realizar tal contratação em 2014. Pactuamos com a SUM que utilizaríamos tabela com valores de referência preparada por eles com base na Tabela SINAPI para a licitação. Nos foi encaminhada, pelos técnicos da SUM, tabela com os valores de referência para contratação atualizada com a última versão da tabela SINAPI. Em seguida, finalizamos o texto do Ato Convocatório que seria utilizado no processo de seleção de propostas.

Ainda na reunião realizada em Brasília, discutimos também as estratégias para o novo Plano de Aplicação Plurianual – PAP 2016/2020. Em 2015 o IBIO – AGB Doce trabalhou na proposta do novo PAP que seria apresentado para aprovação dos Comitês. Discutimos qual seria a estratégia para o Programa de Convivência com as Cheias – P31 para o período 2016 a 2020. Em linhas gerais, os recursos previstos no PAP 2012/2015 para o P31 e não investidos, seriam transportados para o novo PAP para implementação das ações ainda não executadas, como a contratação das seções topobatimétricas. Para o novo PAP houve uma mudança de foco na execução das ações que prioriza as medidas não-estruturais em detrimento das medidas estruturais. Pela experiência dos técnicos da SUM, investir em medidas estruturais, sem antes se preocupar com as não-estruturais, não gerava tantos benefícios como se esperava, ou como previsto no PAP 2012/2015. Com base nestes alinhamentos, o IBIO – AGB Doce propôs as ações para o novo PAP que foi devidamente aprovado pelos Comitês.

Com o rompimento da barragem de rejeitos da mineração da Samarco, no município de Mariana, no dia 05 de novembro de 2015, houve a necessidade de repensarmos as ações voltadas para o P31. Pelo impacto do desastre na calha do Rio Doce e alguns de seus afluentes, algumas ações previstas para o programa P31 tiveram que ser suspensas. A exemplo, o Edital de contratação das seções topobatimétricas teve que ser suspenso uma vez que a calha do rio foi significativamente alterada o que compromete o levantamento das seções, que serão utilizadas posteriormente para se criar a modelagem hidráulica e hidrológica da bacia do rio Doce. Atualmente, estamos aguardando que mais estudos sejam feitos sobre o desastre e seus impactos, para decidirmos quando retomaremos as ações do programa P31.



4.1.3. Identificação no PIRH-Doce

Programa: Suscetibilidade a Enchentes

Subprograma: P 31 – Programa de Convivência com as Cheias

Objeto:

Modernização e ampliação do sistema de alerta contra enchentes da bacia do rio Doce; orientações para os municípios de cabeceiras e com problemas com deslizamentos de encostas para criação de sistema de alerta próprio simplificado; definição de áreas inundáveis; desenvolvimento de estudos de modelagem hidrológica; avaliação da viabilidade do uso de reservatórios para a minimização dos efeitos das enchentes; avaliação da viabilidade do uso de soluções localizadas como: diques, canalização e retificação de cursos d'água, pequenas barragens para controle de cheias, desassoreamento de cursos d'água; zoneamento territorial; ações de Defesa Civil; ações Políticas; saneamento ambiental; recomposição da cobertura vegetal; divulgação de informações e Educação ambiental.

Valor: R\$ 6.503.060,00



5. UNIVERSALIZAÇÃO DO SANEAMENTO

5.1. Programa de Universalização do Saneamento (P41)

5.1.1. Descrição

Segundo o Plano Integrado de Recursos Hídricos (PIRH-Doce), a bacia do rio Doce encontra-se em situação muito precária quanto aos serviços de esgotamento sanitário e de resíduos sólidos. Mesmo quanto aos serviços de abastecimento de água que embora disponham de índices de atendimento elevados, o cumprimento de questões elementares de gestão fica abaixo dos padrões considerados satisfatórios, como o controle de perdas e o cumprimento da Portaria nº 2.914, de 12-12-2011 dos padrões de portabilidade. O PIRH-Doce indica ainda altos índices de DBO, com prejuízo para a qualidade da água e restrição ao enquadramento, além da existência de doenças de veiculação hídrica. Quanto à drenagem urbana, a deficiência das estruturas e projetos é frequente nas cidades brasileiras.

A universalização do acesso ao saneamento básico, com quantidade, igualdade, continuidade e controle social é um desafio que o poder público municipal, como titular destes serviços, deve encarar como um dos mais significativos. Nesse sentido, o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) se constitui em importante ferramenta de planejamento e gestão para alcançar a melhoria das condições sanitárias e ambientais do município e, conseqüentemente, da qualidade de vida da população.

A Lei Federal nº 11.445 de 2007 dispõe sobre a necessidade da elaboração dos PMSB de forma a garantir à população o acesso global ao saneamento básico, através da constituição de diretrizes e propostas para abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e manejo das águas superficiais e limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos.

O PMSB é assim, o instrumento da Política de Saneamento Básico do município onde são definidos os objetivos e metas, as prioridades de investimentos, a forma de regulação da prestação dos serviços, os aspectos econômicos e sociais, os aspectos técnicos e a forma de participação e controle social, de modo a orientar a atuação dos prestadores de serviços, dos titulares e da sociedade.

O Programa de Universalização do Saneamento contempla o apoio à elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB); a elaboração de projetos para otimização de sistemas de abastecimento de água; a elaboração de projetos para sistemas de destinação final adequada de resíduos sólidos (aterros/unidades de triagem e compostagem); e a elaboração de estudos de alternativas de drenagem urbana para cidades com mais de 5 mil habitantes.



O CBH-Doce, em articulação com os CBHs estaduais, considerando o fato de que poucos municípios possuíam o PMSB ou recursos para sua elaboração e que o Decreto nº 7.217, 2010, que regulamenta a Lei nº 11.445, de 2010, condicionou à existência de PMSB para o acesso a recursos orçamentários da União ou a recursos de financiamentos geridos ou administrados por órgão ou entidade da administração pública federal, quando destinados a serviços de saneamento básico, entendeu como necessária a alteração do PAP com vistas ao apoio na elaboração dos PMSB.

Em 2014, com a alteração do PAP, os recursos arrecadados pela União para o Programa de Universalização do Saneamento (P41) foram distribuídos em oito das nove unidades de gestão de recursos hídricos da bacia de acordo com a necessidade das mesmas, visando o apoio na elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) para todos os municípios elegíveis e que manifestarem interesse na bacia.

Para os Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB) foram considerados elegíveis aqueles municípios que ainda não possuem os planos ou não dispõem de recursos para sua elaboração. Houve realocação de recursos para as UGRH 4 Suaçuí, 5 Caratinga, 6 Manhuaçu, 7 Guandu e 9 São José, a fim de atender a todos os municípios que possuem sede nestas UGRHs. As UGRHs 1 Piranga, 2 Piracicaba e 3 Santo Antônio, possuíam recursos da cobrança estadual para contemplar todos os municípios interessados, sendo contempladas com recursos da União apenas para contratação de consultores para análise e validação dos produtos dos PMSB. Na UGRH 8 Santa Maria do Doce, todos os municípios já possuíam recursos de outras fontes para elaboração do PMSB, não sendo contemplada com recursos da União para este Programa.

Cabe ainda ressaltar que a Lei Federal nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, determina, de forma escalonada, prazo para, a elaboração do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS) pelos municípios brasileiros. Uma vez atendidas às solicitações da referida Lei e do Decreto nº 7.404/2010 que a regulamenta, o PGIRS pode ser incorporado ao PMSB. Dessa forma, esclarecemos que o conteúdo da Infraestrutura de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos dos PMSB's contratados pelo IBIO - AGB Doce na bacia hidrográfica do rio Doce contempla o conteúdo mínimo do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, de acordo com as determinações legais.

5.1.2. Ações do IBIO – AGB Doce

Pela quantidade de contratações e atividades realizadas pelo IBIO – AGB Doce no âmbito do programa P41, separamos as ações por grupos, sendo ações relacionadas a processos licitatórios, reuniões de início de atividades das contratadas conhecidas como Reuniões de Partida, contratação de consultores técnicos para acompanhar a execução dos PMSBs, realização de audiências públicas

para aprovação dos PMSBs, manifestações de interesses para elaboração do Plano, 1ª Rodada de Seminários de Saneamento e materiais de divulgação e mobilização criados.

PROCESSOS LICITATÓRIOS E CONTRATAÇÕES

• Ato Convocatório 002/2015

Elaboração do Ato Convocatório para contratação de 01 (um) **profissional para prestação de serviços de análise e validação dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB)** do Município de Ipatinga-MG, da Bacia Hidrográfica do Rio Piracicaba – UGRH 2 Piracicaba, Bacia Hidrográfica do Rio Doce, com publicação do Ato e previsão da realização do processo seletivo no dia 07/04/2015. A minuta do contrato a ser celebrado com o profissional vencedor também foi elaborada como um anexo do Ato Convocatório.

A abertura dos envelopes referentes ao Ato Convocatório supramencionado foi realizada no dia 07/04/2015. Foram recebidas proposta dos concorrentes Adriana Sales Cardoso, Vera Christina Vaz Lanza, Weverton de Freitas Santos, Jeanderson Ermelindo Muniz Silva e Cynthia Franco Andrade. Sendo declarado habilitado e vencedor o Sr. Weverton de Freitas Santos.

O valor de referência previstos no Ato Convocatório 002/2015 foi de: R\$ 57.616,67. O contrato foi assinado em 22/05/2015 e o valor contratado foi de R\$ 39.700,00.

• Ato Convocatório 007/2015

Elaboração do Ato Convocatório para contratação de até 11 (onze) **profissionais para prestação de serviços de assessoria técnica especializada presencial, análise e validação dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB)** de municípios da bacia hidrográfica do rio Doce com publicação do Ato e previsão da realização do processo seletivo no dia 11/08/2015. A minuta do contrato a ser celebrado com os profissionais vencedores também foi elaborada como um anexo do Ato Convocatório.

Dividiram-se os municípios em onze lotes, a saber:

- **LOTE 01** – 01 (um) profissional de nível superior para assessoria técnica especializada presencial, análise e validação dos PMSB da bacia hidrográfica do rio Piranga – **UGRH 1 Piranga**, previstos no Ato Convocatório nº 20/2014 (Alto Rio Doce, Capela Nova, Caranaíba, Cipotânea, Desterro do Melo e Senhora dos Remédios).
- **LOTE 02** – 01 (um) profissional de nível superior para assessoria técnica especializada presencial, análise e validação dos PMSB da bacia hidrográfica do rio Piranga – **UGRH 1 Piranga**, previstos no Ato Convocatório nº 20/2014 (Acaiaca, Alvinópolis, Amparo do Serra, Araponga, Bom Jesus do Galho, Diogo de Vasconcelos, Dom Silvério, Piedade de Ponte Nova e Santa Cruz do Escalvado).



- **LOTE 03** – 01 (um) profissional de nível superior para assessoria técnica especializada presencial, análise e validação dos PMSB da bacia hidrográfica do rio Santo Antônio – **UGRH 3 Santo Antônio**, previstos no lote 01 do Ato Convocatório nº 13/2014 (Açucena, Braúnas, Dolores de Guanhões, Ferros, Itambé do Mato Dentro, Mesquita e São Sebastião do Rio Preto).
- **LOTE 04** – 01 (um) profissional de nível superior para assessoria técnica especializada presencial, análise e validação dos PMSB da bacia hidrográfica do rio Santo Antônio – **UGRH 3 Santo Antônio**, previstos no lote 02 do Ato Convocatório nº 13/2014 (Carmésia, Conceição do Mato Dentro, Dom Joaquim, Morro do Pilar, Santo Antônio do Rio Abaixo, Senhora do Porto e Serro).
- **LOTE 05** – 01 (um) profissional de nível superior para assessoria técnica especializada presencial, análise e validação dos PMSB da bacia hidrográfica do rio Suaçuí – **UGRH 4 Suaçuí**, previstos no lote 01 do Ato Convocatório nº 16/2014 (Água Boa, Cantagalo, Coluna, Franciscópolis, Frei Lagonegro, Malacacheta, Materlândia, Paulistas, Peçanha, Rio Vermelho, São João Evangelista, São Pedro do Suaçuí, São Sebastião do Maranhão e Serra Azul de Minas).
- **LOTE 06** – 01 (um) profissional de nível superior para assessoria técnica especializada presencial, análise e validação dos PMSB da bacia hidrográfica do rio Suaçuí – **UGRH 4 Suaçuí**, previstos no lote 02 do Ato Convocatório nº 16/2014 (Cuparaque, Divino das Laranjeiras, Divinolândia de Minas, Galiléia, Goiabeira, Gonzaga, Periquito, Santa Efigênia de Minas, São Geraldo da Piedade, São Geraldo do Baixo, Sardoá, Virginópolis).
- **LOTE 07** – 01 (um) profissional de nível superior para assessoria técnica especializada presencial, análise e validação dos PMSB da bacia hidrográfica do rio Suaçuí – **UGRH 4 Suaçuí**, previstos no lote 02 do Ato Convocatório nº 16/2014 (Campanário, Coroaci, Frei Inocência, Itambacuri, Jampruca, Marilac, Mathias Lobato, Nacip Raydan, São José da Safira e Virgolândia).
- **LOTE 08** – 01 (um) profissional de nível superior para assessoria técnica especializada presencial, análise e validação do PMSB do município de Caratinga, bacia hidrográfica do rio Caratinga – **UGRH 5 Caratinga**, previsto no Ato Convocatório nº 17/2014.
- **LOTE 09** – 01 (um) profissional de nível superior para assessoria técnica especializada presencial, análise e validação dos PMSB da bacia hidrográfica do rio Caratinga – **UGRH 5 Caratinga**, previstos no lote 01 do Ato Convocatório nº 18/2014 (Alpercata, Bugre, Capitão Andrade, Conselheiro Pena, Dom Cavati, Engenheiro Caldas, Fernandes Tourinho, Iapu, Itanhomi, São João do Oriente, Sobralia, Tarumirim e Tumiritinga).
- **LOTE 10** – 01 (um) profissional de nível superior para assessoria técnica especializada presencial, análise e validação dos PMSB da bacia hidrográfica do rio Caratinga – **UGRH 5**



Caratinga, previstos no lote 02 do Ato Convocatório nº 18/2014 (Imbé de Minas, Inhapim, Piedade de Caratinga, Santa Bárbara do Leste, Santa Rita de Minas, São Domingos das Dores, São Sebastião do Anta, Ubaporanga, Vargem Alegre).

- **LOTE 11** – 01 (um) profissional de nível superior para assessoria técnica especializada presencial, análise e validação dos PMSB previstos no Ato Convocatório nº 19/2014, referentes às bacias hidrográficas do rio Manhuaçu – **UGRH 6 Manhuaçu** (Conceição de Ipanema, Ipanema, Itueta, Mutum, Pocrane, Resplendor, Santa Rita do Itueto e Taparuba), Guandu – **UGRH 7 Guandu** (Brejetuba) e São José – **UGRH 9 São José** (Rio Bananal).

A abertura dos envelopes referentes ao Ato Convocatório supramencionado foi realizada no dia 11/08/2015. Referente ao lote 01 foi recebida proposta do concorrente: Jeanderson Ermelindo Muniz Silva. Já do lote 02 foram recebidas propostas dos concorrentes: Vera Christina Vaz Lanza e Jeanderson Ermelindo Muniz Silva. Quanto ao lote 03 foram recebidas propostas dos concorrentes: Sara Machado de Souza, Marle José Ferrari Júnior, Vera Christina Vaz Lanza e Jeanderson Ermelindo Muniz Silva. Concorrendo ao lote 04 foram recebidas propostas de: Sara Machado de Souza, Marle José Ferrari Júnior, Raíssa Bottecchia Luna e Weverton de Freitas Santos. Concorrendo ao lote 05 foram recebidas propostas de: Marle José Ferrari Júnior, Raíssa Bottecchia Luna e Weverton de Freitas Santos. Concorrendo ao lote 06 foram recebidas propostas de: Sônia Maria Heringer, representada pelo seu Procurador Bruno Heringer Cezar devidamente credenciado, Marle José Ferrari Júnior, Raíssa Bottecchia Luna e Weverton de Freitas Santos. Concorrendo ao lote 07 foram recebidas propostas de: Sônia Maria Heringer, representada pelo seu Procurador Bruno Heringer Cezar, Marle José Ferrari Júnior, Vera Christina Vaz Lanza, Jeanderson Ermelindo Muniz Silva. Concorrendo ao lote 08 foram recebidas propostas de: Marle José Ferrari Júnior, Rose Mary Barbosa Rocha Oliveira, Ludimila Marielle de Paula Placides, Vera Christina Vaz Lanza e Jeanderson Ermelindo Muniz Silva. Concorrendo ao lote 09 foram recebidas propostas de: Sara Machado de Souza, Marle José Ferrari Júnior, Rose Mary Barbosa Rocha Oliveira, Ludimila Marielle de Paula Placides, Vera Christina Vaz Lanza, Rosilene Ferreira Lima e Weverton de Freitas Santos. Concorrendo ao lote 10 foram recebidas propostas de: Sara Machado de Souza, Marle José Ferrari Júnior, Rose Mary Barbosa Rocha Oliveira, Ludimila Marielle de Paula Placides, Vera Christina Vaz Lanza e Weverton de Freitas Santos. Concorrendo ao lote 11 foram recebidas propostas de: Rose Mary Barbosa Rocha Oliveira, Ludimila Marielle de Paula Placides e Jeanderson Ermelindo Muniz Silva. Os vencedores foram Jeanderson Ermelindo Muniz Silva (lotes 01 e 11), Vera Christina Vaz Lanza (lotes 02, 03, 07, 08 e 10) e Marle José Ferrari Júnior (lotes 04, 05, 06 e 09).

Os valores de referência previstos no Ato Convocatório 007/2015 foram de: R\$ 68.250,00 para o Lote 01, R\$ 100.850,00 para o Lote 02, R\$ 77.275,00 para o Lote 03, R\$ 77.825,00 para o Lote 04, R\$ 141.880,00 para o Lote 05, R\$ 118.200,00 para o Lote 06, R\$ 97.580,00 para o Lote 07, R\$ 53.908,00 para o Lote 08, R\$ 124.300,00 para o Lote 09, R\$ 88.580,00 para o Lote 10 e R\$ 117.215,00 para o Lote 11. Os contratos foram assinados em 02/09/2015, e os valores contratados foram de: R\$

51.050,00 para o Lote 01, R\$ 88.450,00 para o Lote 02, R\$ 61.050,00 para o Lote 03, R\$ 76.000,00 para o Lote 04, R\$ 128.600,00 para o Lote 05, R\$ 107.602,00 para o Lote 06, R\$ 82.950,00 para o Lote 07, R\$ 33.450,00 para o Lote 08, R\$ 111.077,00 para o Lote 09, R\$ 66.450,00 para o Lote 10 e R\$ 117.050,00 para o Lote 11.

REUNIÕES DE PARTIDA

A chamada reunião de partida, também chamada de reunião de abertura, é o evento realizado pela empresa juntamente com o município, IBIO – AGB Doce e Comitê de Bacia Hidrográfica. O objetivo é esclarecer sobre a importância do PMSB para o município, arcabouço legal, informar sobre as responsabilidades dos envolvidos (empresa, IBIO – AGB Doce, município, Comitês de Coordenação e Executivo), instruções sobre a formação dos Comitês de Coordenação e Executivo. Também são apresentadas as etapas de construção do PMSB e os produtos a serem entregues.

- **Reunião realizada no município de Ipatinga**

Em 23/03/2015 foi realizada no município de Ipatinga a reunião de partida. Participaram o representante do IBIO – AGB Doce, representantes do município e Engecorps.



Figura 31 - Reunião de Partida no Município de Ipatinga: Presidente do CBH-Piracicaba realizando a abertura da reunião.

- **Reunião realizada no município de Ponte Nova**

Em 26/05/2015 foi realizada no município de Ponte Nova a reunião de partida. Participaram o representante do IBIO – AGB Doce, o Presidente do CBH Piranga, SHS Consultoria e Projetos de Engenharia LTDA – EPP e representantes dos municípios de Alto Rio Doce, Capela Nova, Caranaíba, Cipotânea, Desterro do Melo, Senhora dos Remédios, Acaiaca, Alvinópolis, Amparo do Serra, Araponga, Bom Jesus do Galho, Diogo de Vasconcelos, Dom Silvério, Piedade de Ponte Nova e Santa Cruz do Escalvado.



Figura 32 - Reunião de Partida no Município de Ponte Nova: mesa composta por Isaura Paixão (CBH Manhuaçu), Edson Azevedo (IBIO), Sheila Villela (SHS) e Carlos Eduardo Silva (CBH Piranga).

- **Reunião realizada no município de Mutum**

Em 18/05/2015 foi realizada no município de Mutum a reunião de partida. Participaram o representante do IBIO – AGB Doce, a Presidente do CBH Manhuaçu, SHS e representantes dos municípios de Conceição de Ipanema, Ipanema, Itueta, Mutum, Pocrane, Resplendor, Santa Rita do Itueto e Taparuba.



Figura 33 - Reunião de Partida no Município de Mutum.

- **Reunião realizada no município de Itabira**

Em 07/05/2015 foi realizada no município de Itabira a reunião de partida. Participaram o representante do IBIO – AGB Doce, o Presidente do CBH Santo Antônio, FUNEC, e representantes dos municípios de Açucena, Braúnas, Dores de Guanhões, Ferros, Itambé do Mato Dentro, Mesquita, São Sebastião do Rio Preto, Carmésia, Conceição do Mato Dentro, Dom Joaquim, Morro do Pilar, Santo Antônio do Rio Abaixo, Senhora do Porto e Serro.



Figura 34 - Reunião de Partida no Município de Itabira.

- **Reunião realizada no município de Guanhães**

Em 18/06/2015 foi realizada no município de Guanhães a reunião de partida. Participaram o representante do IBIO – AGB Doce, a Presidente do CBH Suaçuí, FUNEC e representantes dos municípios de Água Boa, Cantagalo, Coluna, Coroaci, Frei Lagonegro, Materlândia, Paulistas, Peçanha, Rio Vermelho, São João Evangelista, São José da Safira, São Pedro do Suaçuí, São Sebastião do Maranhão e Serra Azul de Minas.



Figura 35 - Reunião de Partida no Município de Guanhães.

- **Reunião realizada no município de Governador Valadares**

Em 17/06/2015 foi realizada no município de Governador Valadares a reunião de partida. Participaram o representante do IBIO – AGB Doce, a Presidente do CBH Suaçuí, FUNEC e representantes dos municípios de Campanário, Cuparaque, Divino das Laranjeiras, Divinolândia de Minas, Franciscópolis, Frei Inocência, Galiléia, Goiabeira, Gonzaga, Itambacuri, Jampruca, Malacacheta, Marilac, Mathias Lobato, Nacip Raydan, Periquito, Santa Efigênia de Minas, São Geraldo da Piedade, São Geraldo do Baixo, Sardoá, Virginópolis e Virgolândia.



Figura 36 - Reunião de Partida no Município de Governador Valadares.

- **Reunião realizada no município de Caratinga**

Em 16/04/2015 foi realizada no município de Caratinga a reunião de partida. Participaram o representante do IBIO – AGB Doce, a Presidente do CBH Caratinga, FUNEC e representantes dos municípios de Caratinga, Alpercata, Bugre, Capitão Andrade, Conselheiro Pena, Dom Cavati, Engenheiro Caldas, Fernandes Tourinho, Iapu, Itanhomi, São João do Oriente, Sobrália, Tarumirim, Tumiritinga, Imbé de Minas, Inhapim, Piedade de Caratinga, Santa Bárbara do Leste, Santa Rita de Minas, São Domingos das Dores, São Sebastião do Anta, Ubaporanga e Vargem Alegre.



Figura 37 - Reunião de Partida no Município de Caratinga.



CONSULTORES

Sabendo do sucesso da contratação de profissionais para a prestação de serviços, o IBIO – AGB Doce optou por contratar novos consultores para acompanhar os PMSBs dos municípios contemplados no ano de 2015.

A avaliação dos produtos enviados pelas empresas é realizada em conjunto, ou seja, pelo consultor do IBIO – AGB Doce e membros do Comitê de Coordenação dos municípios. Sendo assim, agenda-se uma reunião no município e o consultor desloca-se até lá. É feita a análise do produto em questão e se forem necessárias adequações é emitido um parecer chamado de parcial, o qual sinaliza todas as alterações/correções que devem ser feitas. Este é assinado tanto pelo consultor quanto pelos membros do Comitê de Coordenação presentes.

Após a realização da reunião e emissão do parecer parcial o consultor do IBIO – AGB Doce redige uma ata da reunião realizada e a envia ao IBIO – AGB Doce juntamente com o parecer parcial, relatório fotográfico e lista de presença da reunião.

Após o recebimento e verificação do parecer parcial o IBIO – AGB Doce o encaminha à empresa. Esta deve proceder às correções e reenviar o produto ao município, IBIO – AGB Doce e consultor a versão do produto adequada.

Novamente é feita reunião do consultor com município para avaliação e verificação do produto corrigido. Se for verificada a não correção procede-se emissão de parecer parcial assinado pelo consultor e membros do Comitê de Coordenação presentes e envio ao IBIO – AGB Doce para repasse à empresa. Se for verificada a adequação do produto é emitido o parecer conclusivo, ou seja, aprovando o produto corrigido, o consultor e os membros do Comitê de Coordenação assinam e enviam ao IBIO – AGB Doce.

Com o parecer conclusivo em mãos o IBIO – AGB Doce o encaminha à empresa. Esta providencia a impressão das quatro vias do produto, grava os CDs e envia à agência. Depois do recebimento desse material o IBIO – AGB Doce autoriza a empresa a emitir a nota fiscal referente ao produto entregue.

Recebida a nota fiscal da empresa o IBIO – AGB Doce providencia a emissão do Relatório de Gestão do Contrato, o qual autoriza o pagamento e o envia ao departamento financeiro que procederá o desembolso.

O fluxograma a seguir (Figura 38) retrata as etapas de análise e validação/reprovação dos produtos, bem como regras para o desembolso.

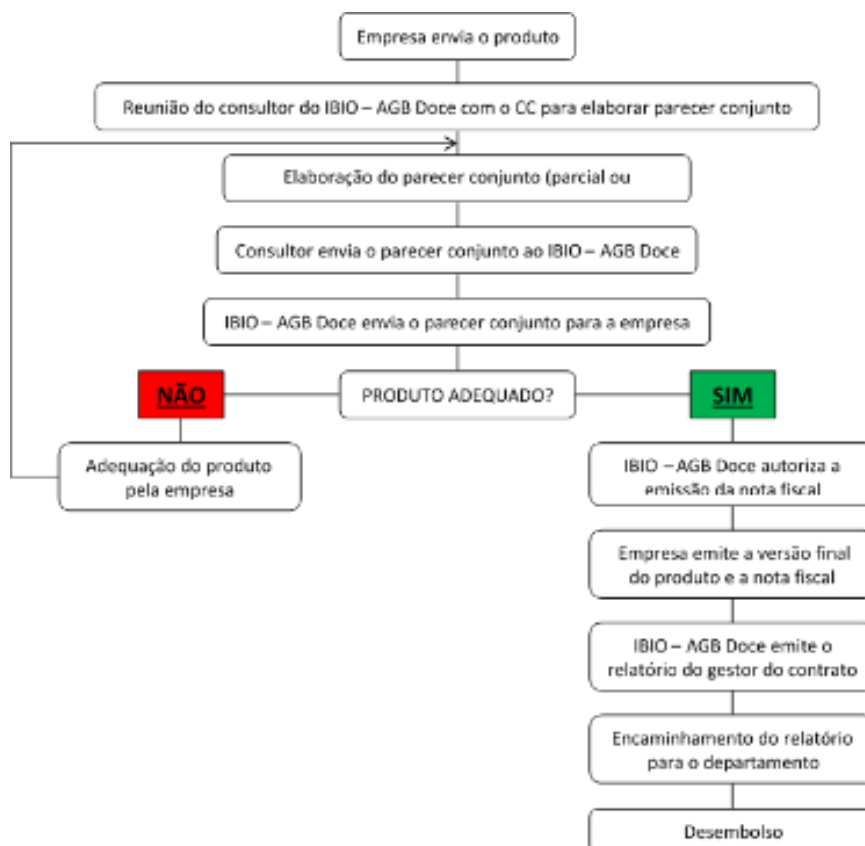


Figura 38 - Fluxograma de análise e validação de produtos dos PMSB.

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

A audiência pública é o evento de fechamento do PMSB. Toda a população é convidada a participar da apresentação do PMSB, que tem por objetivo a validação e aprovação do mesmo. As considerações que surgirem durante a audiência serão incorporadas ao Plano que posteriormente será encaminhado para votação na Câmara de Vereadores.

No ano de 2015 foram aprovados 50 PMSBs em Audiências Públicas, sendo 36 do CBH Piranga, 06 do CBH Piracicaba e 08 do CBH Manhuaçu.

- Na Bacia Hidrográfica do Rio Piranga foram aprovados os Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSBs) dos municípios de Mariana, Brás Pires, Lamim, Porto Firme, Presidente Bernardes, Rio Espera, Santana dos Montes, Senador Firmino, Senhora de Oliveira, Cajuri, Canaã, Coimbra, Ervália, Paula Cândido, Pedra do Anta, São Miguel do Anta, Teixeiras, Barra Longa, Guaraciaba, Jequeri, Oratórios, Rio Doce, Santo Antônio do Gramma, Sem-Peixe, Urucânia, Abre Campo, Caputira, Pedra Bonita, Raul Soares, Santa Margarida, São José do Goiabal, São Pedro dos Ferros, Sericita, Vermelho Novo, Catas Altas da Noruega e Rio Casca.



Figura 39 - Audiência pública do PMSB de Lamim: realizada em 11/02/2015 no Salão Paroquial.



Figura 40 - Audiência Pública do PMSB de Mariana: realizada em 12/02/2015 no Centro de Convenções.



Figura 41 - Audiência pública do PMSB de Porto Firme: realizada em 11/02/2015 na Câmara Municipal.

- Na Bacia Hidrográfica do Rio Piracicaba foram aprovados os PMSBs dos municípios de Antônio Dias, Bela Vista de Minas, Jaguaraçu, Nova Era, Rio Piracicaba e Itabira.



Figura 42 - Audiência pública do PMSB de Itabira: realizada em 17/09/2015 na Câmara dos Vereadores.



Figura 43 - Audiência pública do PMSB de Antônio Dias: realizada em 26/08/2015 na Câmara Municipal.



Figura 44 - Audiência pública do PMSB de Bela Vista de Minas: realizada em 26/08/2015 na Câmara Municipal.

- Na Bacia Hidrográfica do Rio Manhuaçu foram aprovados os PMSBs dos municípios de Chalé, Durandé, Luisburgo, Manhuaçu, Martins Soares, Reduto, São José do Mantimento e Simonésia.



Figura 45 - Audiência pública do PMSB de Manhuaçu: realizada em 09/07/2015 na Câmara Municipal.



Figura 46 - Audiência pública do PMSB de Chalé: realizada em 26/06/2015 na Câmara Municipal.



Figura 17 - Audiência pública do PMSB de Reduto: realizada em 15/06/2015 no Salão Paroquial.

MANIFESTAÇÕES DE INTERESSE

A Tabela 9 a seguir mostra a relação de municípios que manifestaram interesse pela elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico no ano de 2015. Tais municípios alegaram não possuir o Plano ou não dispor de recursos para sua elaboração, além disso todos esses municípios possuem sede nas bacias. Para isto, o IBIO – AGB Doce publicou o Edital de Chamamento nº 01/2015 proporcionando aos municípios que não possuíam o PMSB a manifestarem seu interesse para a elaboração do Plano Municipal.

Tabela 9 - Lista de municípios que manifestaram interesse pelo Programa de Universalização do Saneamento (P41)

Município	UGRH	Manifestação de Interesse
Córrego Novo, Itaverava e Pingo D'água	Piranga	X
Belo Oriente, Joanésia e Santo Antônio do Itambé	Santo Antônio	X
Entre Folhas e Ipaba	Caratinga	X
Jaguaré e Sooretama	São José	X

1ª RODADA DE SEMINÁRIOS DE SANEAMENTO

No ano de 2015 aconteceu a 1ª Rodada de Seminários de Saneamento com o objetivo de obter um levantamento de demandas imediatas e/ou emergenciais para Sistemas de Abastecimento de Água (SAA) e Sistemas de Esgotamento Sanitário (SES), dando prioridade não só aos municípios que elaboraram o PMSB com o recurso da cobrança pelo uso da água, mas a todos que pertencem à bacia do rio Doce e que tinham finalizado ou estavam nas etapas finais do Plano.

A realização da 1ª rodada de seminários contou com uma satisfatória participação dos municípios convidados. Tendo sua avaliação positiva, vista o potencial de aprendizado coletivo que são proporcionados por tais eventos.

Este evento foi realizado nas bacias do Rio Manhuaçu, Rio Piracicaba, Rio Piranga e no Espírito Santo, conforme registros das Figuras abaixo.



Figura 47 - 1ª Rodada de Seminários de Saneamento do Manhuaçu: realizada em Manhuaçu-MG no dia 03/09/2015.



Figura 48 - 1ª Rodada de Seminários de Saneamento do Piracicaba: realizada em João Monlevade-MG no dia 04/09/2015.



Figura 49 - 1ª Rodada de Seminários de Saneamento do Piranga: realizada em Ponte Nova-MG nos dias 08 e 09/09/2015.



Figura 50 - 1ª Rodada de Seminários de Saneamento do Piranga: realizada em Viçosa-MG nos dias 10 e 11/09/2015.



Figura 51 - 1ª Rodada de Seminários de Saneamento do Espírito Santo: realizada em Colatina-ES nos dias 14 e 15/09/2015.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO E MOBILIZAÇÃO

Com intuito de aumentar a participação popular no processo de elaboração do PMSB, o IBIO – AGB Doce juntamente com os CBHs envolvidos elaboraram material para auxiliar na divulgação e mobilização da população dos municípios contemplados com os PMSB. Foram elaborados cartazes (Figura 52), convites (Figura 53), panfletos (Figura 54) e folders (Figura 55 e Figura 56), conforme ilustrado abaixo.



Figura 52 - Cartaz de divulgação dos PMSB



Figura 53 - Convite utilizado em reuniões de mobilização dos PMSB.

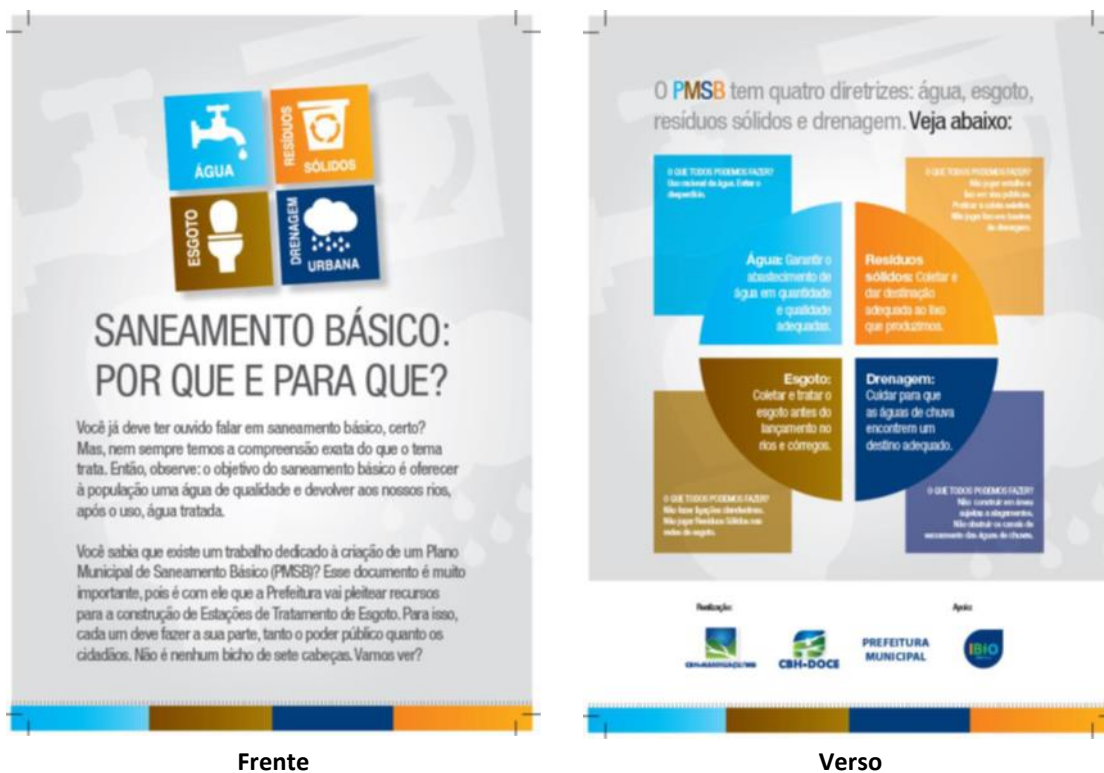


Figura 54 - Panfleto de divulgação dos PMSB



Figura 55 - Folders de divulgação dos PMSB (frente).



Figura 56 - Folders de divulgação dos PMSB (verso).

5.1.3. Identificação no PIRH-Doce

Programa: Universalização do Saneamento

Subprograma: P 41 - Programa de Universalização do Saneamento

Objeto:

Atendimento universal da população urbana com água, coleta, tratamento e destinação final de resíduos sólidos e estudos sobre alternativas para a drenagem urbana.

Valor: R\$ 182.627.150,00

6. INCREMENTO DE ÁREAS LEGALMENTE PROTEGIDAS

6.1. Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52)

6.1.1. Descrição

A bacia apresenta trechos em que há elevados índices de sólidos suspensos e áreas de intensa erosão do solo. Os efeitos da mata ciliar sobre a retenção de sólidos e manutenção de margens são conhecidos, e a instalação de uma unidade de demonstração favorece a multiplicação de iniciativas semelhantes. A utilização inadequada da bacia favorece a destruição de nascentes, o que eleva a importância dos eventos críticos de seca, com desabastecimento humano e animal nas áreas rurais e redução da vazão de base em toda a bacia.

Em função de questões legais e mesmo ambientais, a restauração de áreas degradadas hoje tem se concentrado principalmente no ambiente ciliar. Apesar das matas ciliares estarem protegidas, na legislação, há quase meio século não foram poupadas da desenfreada degradação das formações naturais. Com o cumprimento da exigência legal dos órgãos fiscalizadores nas últimas décadas, as cobranças judiciais obrigando a conservação e restauração das formações ciliares, passaram a ser cada vez mais frequentes e exigentes na qualidade das ações propostas. Há um consenso de que a questão da degradação das matas ciliares é um dos problemas mais comuns quando se pretende a recuperação da condição dos cursos d'água, tendo sido identificado um alto déficit de matas ciliares ao longo da bacia do rio Doce.

Em agosto de 2014, após um amplo processo de discussão no âmbito dos CBHs estaduais, o CBH-Doce aprovou a Deliberação nº 42, que altera a Deliberação nº 32. A alteração no PAP considerou principalmente a necessidade de adequar os desembolsos na bacia às atuais estimativas de arrecadação oriunda da cobrança pelo uso de recursos hídricos; a necessidade de revisão dos critérios de alocação dos recursos arrecadados pela União na bacia; e a necessidade de concentrar a aplicação dos recursos em um menor número de programas e ações. Dentre o total de 11 Programas previstos no PAP, foram alocados, até 2015, cerca de R\$ 1,5 milhões, de recursos da União destinados aos CBHs capixabas afluentes do Rio Doce, para aplicação no Programa de Recomposição de Nascentes e APPs (P52).

Os recursos do Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52) serão igualmente aplicados nas áreas a serem selecionadas em cada uma das nove unidades estaduais de gestão de recursos hídricos da bacia. O programa tem como objetivo levantamento de áreas críticas e prioritárias para recomposição ou adensamento de matas ciliares e de topos de morro, além de caracterização e recuperação de nascentes e áreas degradadas de sub-bacias piloto contemplando as seguintes ações:



- Mapear e definir trechos críticos e sub-bacias piloto com baixa cobertura de vegetação ciliar e de topo de morro para a recuperação de APPs, nascentes e áreas degradadas
- Visitas a campo para avaliação das condições e da proposta de recuperação
- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos por um período mínimo de 5 anos.

6.1.2. Ações do IBIO – AGB Doce

Os comitês de bacias acordaram recursos financeiros diferentes para a execução do programa, alguns mais outros menos. Por este motivo estamos realizando várias reuniões, específicas a cada comitê, para a elaboração da melhor estratégia a ser utilizada com o recurso disponível.

Para definição das propostas de ações a serem executadas, foram trabalhados os critérios de hierarquização do programa, que são:

- Áreas onde há intensa erosão do solo
- Áreas cujas nascentes se caracterizam como manancial de abastecimento público
- Áreas de cabeceiras de cursos d'água, no sentido da nascente para a foz
- Áreas no entorno de unidades de conservação
- Regiões com ocorrência de eventos críticos de seca com desabastecimento humano e animal nas áreas rurais e redução da vazão de base em toda a bacia
- Áreas com inserção ou proximidade de arranjos institucionais favoráveis a efetivar parcerias para o desenvolvimento do programa

Utilizando estes critérios foram gerados mapas da situação da bacia:

Áreas onde há intensa erosão do solo

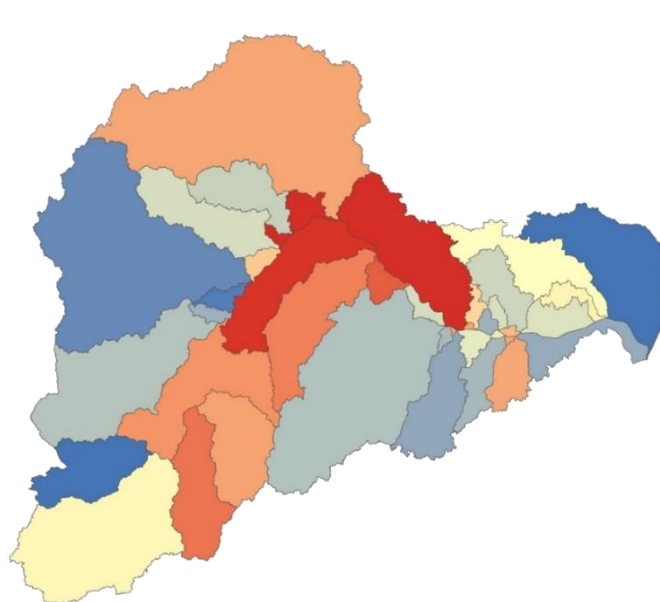


Figura 57 – índice de erosão da bacia do rio Doce

Áreas de cabeceiras de cursos d'água, no sentido da nascente para a foz e Regiões com ocorrência de eventos críticos de seca com desabastecimento humano e animal nas áreas rurais e redução da vazão de base em toda a bacia

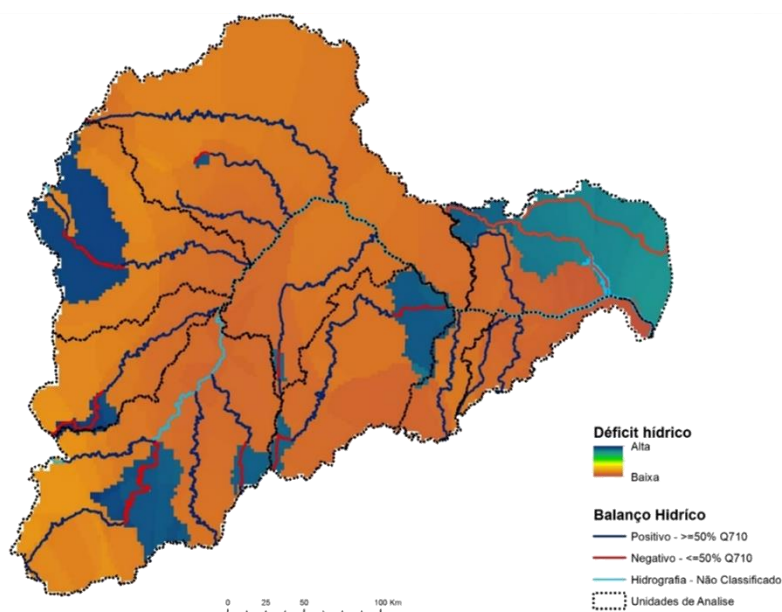


Figura 58 – Déficit hídrico da bacia do rio Doce

Áreas no entorno de unidades de conservação

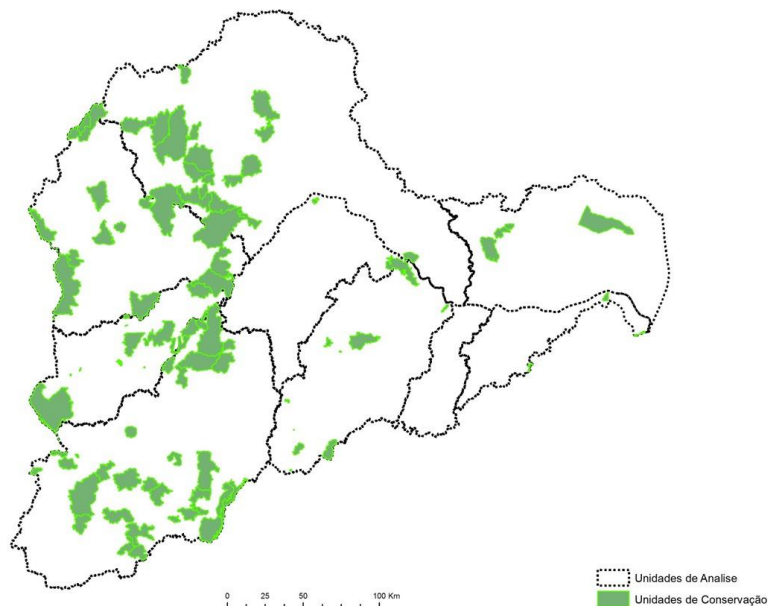


Figura 59 – Unidades de Conservação da bacia do rio Doce

Regiões com ocorrência de eventos críticos de seca com desabastecimento humano e animal nas áreas rurais e redução da vazão de base em toda a bacia

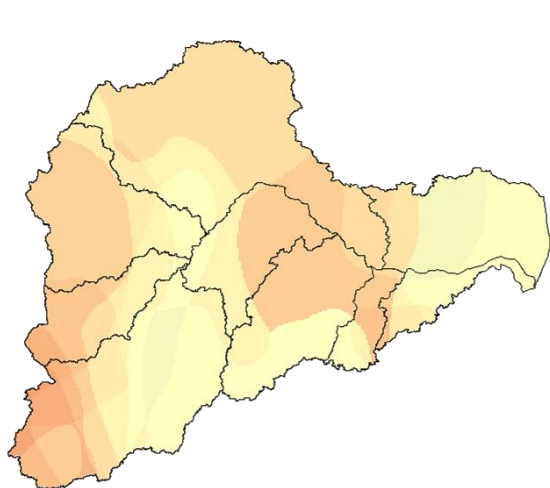


Figura 60 – Ocorrência de eventos críticos na bacia do rio Doce

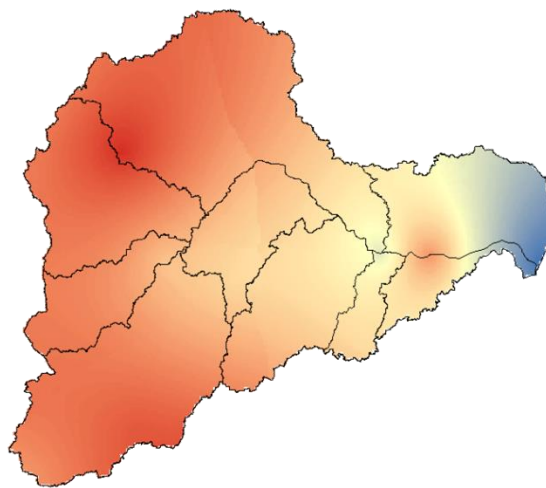


Figura 61 – Redução de vazão na bacia do rio Doce

Áreas com inserção ou proximidade de arranjos institucionais favoráveis a efetivar parcerias para o desenvolvimento do programa

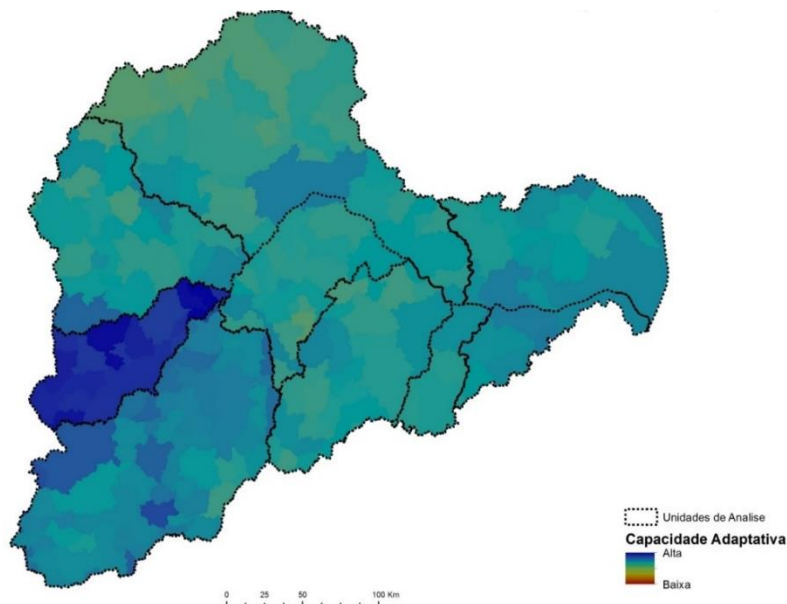


Figura 62 – Arranjo institucional

Após análise individual dos critérios, em toda a bacia do rio Doce e eles foram compilados para um único mapa onde podemos visualizar as áreas prioritárias para realização dos trabalhos de recomposição ambiental, já separados por UGRH, referente aos critérios de hierarquização do programa.

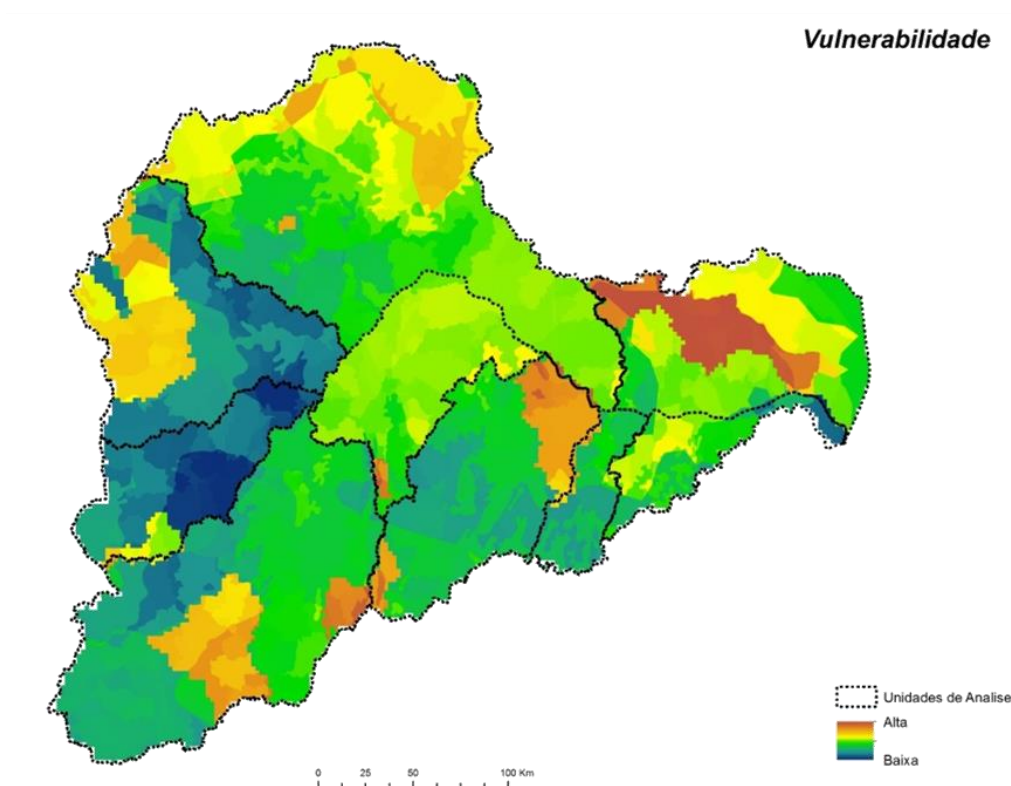
MAPA DE VULNERABILIDADE DA BACIA DO RIO DOCE

Figura 63 – Mapa de vulnerabilidade da bacia do rio Doce

As prioridades de ações emergências estão definidas por cores, onde a cor vermelha significa prioridade Alta, a cor amarela prioridade média até a cor azul, que representa baixa prioridade. Lembrando que este mapa foi desenvolvido para nortear as ações do programa, ao longo da bacia e cada comitê individualmente.

Nas reuniões de alinhamento e apresentação do programa nos comitês de bacias, foram formados Grupos de Trabalhos – GT ou a CTPP, para discussão de qual melhor alternativa para utilizar os recursos do programa. Após a discussão das ações pelo GT / CTPP, as definições são apresentadas em reunião de plenária dos CBH's para a sua aprovação ou de acrescentar novas informações, dentre estas reuniões foram definidas nos comitês.

Pelos comitês Mineiros

- CBH Piranga: Foi definido em base nos critérios de hierarquização fazer um edital de chamamento para os municípios com interesse em participar do programa. Somente para os municípios inseridos nas áreas prioritárias no mapa de vulnerabilidade. Este edital foi realizado, os municípios interessados já se manifestaram. Situação atual: Seleção dos municípios. A CTPP, formada no comitê opinou de fazer neste momento apenas o cercamento das nascentes.



Figura 64 - Reunião da CTPP, realizada pelo no município de Ponte Nova

- CBH Piracicaba: Devido ao maior recurso aportado pelo comitê, o programa deverá ser executado integralmente, conforme previsto no PAP, ações de proteção-cercamento das nascentes; recuperação das nascentes-Plantio de mudas nativa para enriquecimento ou plantio total e monitoramento-com ações de intervenções ambientais de replantio, adubação, combate a formiga e capina. Os trabalhos estão sendo discutidos pelo GT. Situação atual: Elaboração do Edital de chamamento.



Figura 65 - Reunião do grupo de trabalho, no município de João Monlevade

- CBH Manhuaçu: Devido ao pequeno aporte de recurso, foi decidido realizar o cercamento das nascentes, priorizando as nascentes se caracterizam como manancial de abastecimento público. Foi formado um GT para elaboração das propostas ao comitê. Situação atual: Definição das ações para elaboração do Edital de chamamento.



Figura 66 - Escolha de formação do GT, pelo CBH Manhuaçu

- CBH Suaçuí: Foi formado o GT, que em reuniões, devido ao pequeno aporte de recursos, foi decidido realizar o cercamento das nascentes, priorizando as nascentes de abastecimento. Devido ao pequeno aporte de recurso, foi decidido realizar o cercamento das nascentes, priorizando as nascentes se caracterizam como manancial de abastecimento público. Seguindo o mapa de vulnerabilidade, foi escolhido o município de Peçanha. Já foi assinado o termo de manifestação de interesse, pelo prefeito municipal e a área de abrangência dos mananciais de abastecimento público do município já foi delimitada no mapa. Situação atual: Fase final da Elaboração do Edital de chamamento, para participantes do município de Peçanha.



Figura 67 - Caravana das Águas, no município de Peçanha, para apresentação do programa

- CBH Caratinga: Foi formado o GT, que após reuniões de discussão das ações foi decidido realizar o cercamento das nascentes, recuperação das áreas com plantio de mudas nativas, fazer o Projeto de Recuperação Ambiental–PRA e o Cadastro Ambiental Rural-CAR, dos imóveis participantes. Também já foi definido que a área a ser restaurada será o córrego Santa Bárbara, localizado no município de Santa Bárbara do Leste. Situação atual: Fase final da Elaboração do Edital de chamamento, para participantes do município de Santa Bárbara do Leste



Figura 68 - Plantio de mudas, no córrego Santa Bárbara, realizado pela diretora do CBH, Nádja Oliveira e pelo prefeito municipal, senhor José Geraldo Corrêa

- CBH Santo Antônio: No comitê foi formado o GT, que vem trabalhando e discutindo todas as ações do programa, através de várias reuniões, onde foi decidido fazer somente o cercamento das nascentes, neste momento. Embasados no mapa de vulnerabilidade, foi elaborado o edital de chamamento, com pontuação, para participação dos municípios inseridos ou não na área prioritária para recuperação ambiental, sendo que os municípios inseridos na área prioritária tinha uma pontuação maior. Após o recebimento das propostas, foram selecionados 05 municípios inseridos na área prioritária (Morro Pilar, Santo Antônio do Rio Abaixo, Dom Joaquim, Itambé do Mato Dentro e Senhora do porto) e 02 municípios fora da área prioritária (Dores de Guanhões e Ferros). Foram entregues 307 cadastros, referentes aos 7 municípios selecionados para participar do programa, que foram hierarquizados para atendimento. A hierarquização dos cadastros foi baseada em informações obtidas pelos proprietários rurais, ao responder o cadastro para participação e dos critérios de hierarquização do programa e alguns novos critérios inseridos pelo CBH.. Os prefeitos municipais dos municípios selecionados já assinarão o termo de compromisso de participação ao programa. Para execução do programa, haverá a contratação de uma empresa para fazer o cadastramento final dos participantes, confirmação da participação do produtor com a assinatura do termo de interesse e fazer o georeferenciamento das áreas a serem cercadas. Posteriormente haverá uma nova contratação de outra empresa para fazer os trabalhos de execução do programa, ou seja, executar a construção de cercas, no entorno das nascentes. Situação atual: O Termo de Referência para contratação da empresa esta pronto. O comitê também tem recebido o apoio do IBIO Institucional, através de informações georeferenciadas, com produção de mapas sobre a situação da bacia, além da ajuda na elaboração de termo de referência, para o programa.



Figura 69 - Reunião do GT, para discussão das diretrizes do programa, realizada em Ferros



Figura 70 - Apoio do IBIO institucional, para a CTP, para o programa, em reunião realizada no município de Santo Antônio do Rio Abaixo

Pelos comitês Capixabas

- CBH Guandu – Santa Maria do Rio Doce – Pontões e Lagoas do Doce: No Estado do Espírito Santo foi celebrado um termo de compromisso, entre os CBHs e o governo do Estado do Espírito Santo, para somar esforços, com objetivo de aumento dos recursos visando realizar a recuperação das áreas de APPs e nascentes. Neste termo de compromisso o recurso proveniente dos CBHs foi utilizado para contratação de uma empresa para realização do Projeto de Recuperação Ambiental-PRA e o Cadastro Ambiental Rural-CAR, dos imóveis participantes, sendo que a intervenção será custeada pelo Governo do Espírito Santo, através do programa REFLORESTAR por meio de transferência de recursos aos produtores rurais. Situação atual: empresa contratada e com Ordem de Serviço para realização do CAR e PRA.
- No Estado do Espírito Santo será criado o Centro de Conservação de Águas e Florestas-CDAF, em parceria pelo IBIO Institucional, IEMA/ AGERH, TNC e IBIO – AGB Doce para execução do programa no ES.

Entre os programas relacionados no Plano de Aplicação Plurianual – PAP, 2012 / 2015, os comitês de bacias opinaram em prioriza os trabalhar de saneamento, onde foram contratados os planos municipais de saneamento básicos-PMSB, para municípios na bacia. Já, para o próximo PAP 2016-2020, as ações de recomposição ambiental serão priorizadas, onde houve um maior aporte de recursos para estes trabalhos.

Neste novo PAP, vamos trabalhar os programas Hidro Ambientais, que são formados por 03 programas, abaixo elencados:

- P 52: Programa de Recomposição de APP e Nascentes



Com foco na melhoria da qualidade e quantidade de água na bacia, o programa através do levantamento de áreas críticas e prioritárias, é feita a recomposição ou adensamento de matas ciliares e de topos de morro, além da caracterização e recuperação de nascentes e áreas degradadas.

- **P42: Programa de Expansão do Saneamento Rural**

O saneamento deve ser estendido às populações rurais, tanto como forma de elevação da qualidade de vida e prevenção de doenças, como na redução da contaminação das águas superficiais e subterrâneas. Este programa visa à definição da viabilidade da implantação de sistemas de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto para população rural, com aproveitamento racional e disposição adequada dos resíduos coletados.

- **P12: Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos**

Um fator bastante importante na queda da qualidade da água da bacia do rio Doce diz respeito aos sedimentos carregados para os corpos hídricos da bacia, relacionado ao tipo de uso do solo dominante na região. O transporte de sedimentos para os cursos de água inicia uma das primeiras formas de degradação do meio ambiente. Os sedimentos em suspensão tornam as águas lamacentas, afetando a penetração da luz e consequentemente, reduzem o crescimento de plantas aquáticas e organismos microscópicos dos quais peixes e insetos se alimentam. A entrada de nutrientes e resíduos de agrotóxicos junto com os sedimentos altera o equilíbrio do sistema, resultando, por exemplo, em altas taxas de desenvolvimento de algas, aumento do processo de eutrofização e morte ou má formação de peixes e outros organismos vinculados ao meio hídrico.

Para melhor compreensão do desenvolvimento dos programas, foram elaboradas as metodologias a serem utilizadas para divulgação, passos do programa, áreas prioritárias, contratação de empresa e produtores participantes.

Metodologia:

Por ser tratar de uma grande demanda de ações, para o gerenciamento dos programas Hidro Ambientais, foi proposto a contratação de uma empresa gerenciadora, para trabalhar diretamente com todas as empresas a serem executadas para o desenvolvimento dos programas: P52, P42 e P12. Esta empresa gerenciadora, entre as suas funções, ficaria responsável em fazer a validação de todos os trabalhos executados em campo, bem como emitir relatórios destes trabalhos concluídos emitindo o atestado de responsabilidade técnica, para depois o IBIO –AGB Doce, através do gestor do contrato efetuar o pagamento final.

Para divulgação dos programas, será realizado o Edital de Chamamento para os 3 programas: P52, P12 e P42. Estes que serão executados em etapas.



6.1.3. Identificação no PIRH-Doce

Programa: Incremento de Áreas com Restrição de Uso

Subprograma: P 52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes

Objeto:

Análise simultânea das informações geradas em outros programas, com definição de trechos críticos. Dentre estes, seleção dos trechos viáveis de serem recuperados e que possam ser utilizados como unidades demonstrativas. Implantação de dez unidades demonstrativas ao longo da bacia, com instrumentação para a caracterização de alteração dos processos de geração e arraste de sedimentos. Manutenção das unidades demonstrativas e monitoramento e avaliação pelo período mínimo de cinco anos. Na conservação das nascentes, será realizada a seleção de uma sub-bacia piloto, com posterior mapeamento, identificação e caracterização das principais nascentes, considerando-se as mais conhecidas pela população local e as de maior vazão; visita a campo para avaliação das condições e proposta de recuperação; seleção das áreas demonstrativas e execução de projeto e orçamentação; implantação das unidades demonstrativas; monitoramento e avaliação dos resultados obtidos; análise de eficiência e de eficácia das medidas adotadas; definição de estratégias de divulgação dos resultados; apoio às iniciativas individuais de recuperação das nascentes.

Valor: R\$ 8.640.000,00



7. IMPLEMENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

7.1. Fortalecimento dos Comitês (P61.2)

7.1.1. Descrição

A lógica descentralizada do sistema de gerenciamento de recursos hídricos necessita de uma participação consciente, efetiva e representativa da população e das instituições nos comitês de bacia, o que não ocorre na maioria das vezes. O papel institucional dos comitês assume cada vez mais importância à medida que o sistema vai sendo consolidado e pelo aumento da exigência da observância das leis referentes. No entanto, se a participação da população e das instituições não for efetiva ou representativa, as decisões do sistema poderão não ser compreendidas ou aceitas pelos usuários, dificultando a consolidação do sistema.

O objetivo do programa é promover ações institucionais para ampliar a visibilidade e alcance dos Comitês de Bacia Hidrográfica que compõe a bacia do Rio Doce, além de viabilizar a realização de reuniões plenárias, de câmaras técnicas e eventos de interesse dos Comitês. O IBIO – AGB Doce, atuando como Secretaria Executiva dos Comitês da bacia, tem como papel a efetivação de tais objetivos. Ao longo dos anos de 2012, 2013 e 2014 foram realizadas atividades, planejamento e contratações para atender aos objetivos do sistema. Algumas destas contratações estão relacionadas a locação de veículo com e sem motorista, empresa especializada em emissão de passagens aéreas e empresa especializada na realização de eventos. Todas as ações visando a divulgação, fortalecimento e ampliação da visibilidade da ação dos Comitês de Gerenciamento de Bacia Hidrográfica, objetivando uma maior participação da sociedade e das instituições no sistema e uma melhor identificação do papel institucional dos Comitês, favorecendo o diálogo e as articulações institucionais.

7.1.2. Ações do IBIO – AGB Doce

O IBIO – AGB Doce, atuando como Secretaria Executiva dos Comitês da Bacia do Rio Doce, tem apoiado os CBHs na realização de reuniões plenárias dos Comitês, reuniões de Câmaras Técnicas, realização e participação em eventos e as demais atividades realizadas pelos CBHs. Tal suporte demanda do IBIO – AGB Doce uma série de contratações e gerenciamento destas contratações, como serviços de realização e apoio a eventos, reserva e compra de passagens aéreas, locação de veículos, etc. A seguir são apresentadas algumas ações dos CBHs apoiadas pelo IBIO – AGB Doce para cada um dos CBHs da bacia.



Relatório de Gestão do Exercício de 2015 – Contrato de Gestão 072/ANA/2011

• CBH Doce

Tabela 10 - Reuniões Plenárias (Ordinárias e Extraordinárias) realizadas pelo CBH Doce no ano de 2015.

Data	Município	Reuniões Ordinárias
09/04/2015	Governador Valadares/MG	23ª Reunião Extraordinária do CBH-Doce
Data	Município	Reuniões Extraordinárias
09/04/2015	Governador Valadares/MG	23ª Reunião Extraordinária do CBH-Doce
13/08/2015	Governador Valadares/MG	24ª Reunião Extraordinária do CBH-Doce
01/12/2015	Governador Valadares/MG	25ª Reunião Extraordinária do CBH-Doce

Tabela 11 Reuniões da Diretoria Colegiada do CBH Doce realizadas no ano de 2015.

Data	Município	Diretoria Colegiada
08/04/2015	Governador Valadares/MG	4ª Reunião da Diretoria Colegiada do CBH-Doce
24/06/2015	Governador Valadares/MG	5ª Reunião da Diretoria Colegiada do CBH-Doce
01/09/2015	Governador Valadares/MG	6ª Reunião da Diretoria Colegiada do CBH-Doce
30/11/2015	Governador Valadares/MG	7ª Reunião da Diretoria Colegiada do CBH-Doce

Tabela 12 - Reuniões de Câmara Técnicas e Grupos de Trabalho do Comitê realizadas no ano de 2015.

Data	Município	Câmara Técnica
27/05/2015	Gov. Valadares/MG	2ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Capacitação, Informação e Mobilização Social (CTCI)
26/06/2015	Gov. Valadares/MG	3ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Capacitação, Informação e Mobilização Social (CTCI)
31/08/2015	Gov. Valadares/MG	4ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Capacitação, Informação e Mobilização Social (CTCI)
30/11/2015	Gov. Valadares/MG	5ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Capacitação, Informação e Mobilização Social (CTCI)
20/03/2015	Gov. Valadares/MG	4ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Gestão de Eventos Críticos (CTGEC)
29/07/2015	Gov. Valadares/MG	1ª Reunião Extraordinária da Câmara Técnica de Gestão de Eventos Críticos (CTGEC)
02/10/2015	Gov. Valadares/MG	5ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Gestão de Eventos Críticos (CTGEC)
28/05/2015	Gov. Valadares/MG	Reunião da Câmara Técnica de Integração do CBH-Doce (CTI)
09/06/2015	Gov. Valadares/MG	Reunião da Câmara Técnica Institucional e Legal (CTIL)
10/10/2015	Gov. Valadares/MG	Reunião da Câmara Técnica de Integração do CBH-Doce (CTI)
14/10/2015	Gov. Valadares/MG	Reunião Conjunta da Câmara Técnica de Integração do CBH-Doce (CTI) e Câmara Técnica do Plano de Recursos Hídricos (CTPlano)

Tabela 13 - Eventos promovidos pelo CBH Doce em 2015.

Data	Município	Evento
11 a 13/08	Afonso Cláudio/ES	IV Encontro de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Doce
17 a 19/12	Mariana/MG	Missão Mariana – expedição realizada às áreas afetadas pelo rompimento da barragem de rejeitos da SAMARCO.



Relatório de Gestão do Exercício de 2015 – Contrato de Gestão 072/ANA/2011

Tabela 14 - Eventos com participação de membros do CBH Doce.

Data	Município	Evento
04 a 09/10	Caldas Novas/GO	XVII Encontro Nacional de Comitês de Bacia Hidrográfica
01/09/2015	Governador Valadares/MG	Lançamento do PDA – Doce
17 a 19/12	Mariana-MG	Missão Mariana – expedição realizada às áreas afetadas pelo rompimento da barragem de rejeitos da SAMARCO.

- **CBH Piranga**

Tabela 15 - Reuniões Plenárias (Ordinárias e Extraordinárias) realizadas pelo CBH Piranga no ano de 2015.

Data	Município	Reuniões
24/02/2015	Ponte Nova/MG	7ª Reunião Ordinária do CBH-Piranga
14/04/2015	Vermelho Novo/MG	8ª Reunião Ordinária do CBH-Piranga
02/07/2015	Ponte Nova/MG	9ª Reunião Ordinária do CBH-Piranga
20/10/2015	Ponte Nova/MG	1ª Reunião Extraordinária do CBH-Piranga
20/10/2015	Ponte Nova/MG	2ª Reunião Extraordinária do CBH-Piranga
17/11/2015	Ponte Nova/MG	10ª Reunião Ordinária do CBH-Piranga
03/12/2015	Ponte Nova/MG	3ª Reunião Extraordinária do CBH-Piranga

Tabela 16 - Reuniões de Câmara Técnicas do CBH-Piranga, realizadas no ano de 2015.

Data	Município	Câmara Técnica
23/09/2015	Ponte Nova/MG	Reunião da Câmara Técnica de Programas e Projetos - CTPP
03/12/2015	Ponte Nova/MG	Reunião da Câmara Técnica de Programas e Projetos - CTPP

Tabela 17 - Eventos promovidos pelo CBH Piranga em 2015.

Data	Município	Evento
13/04/2015	Vermelho Novo/MG	Seminário Ambiental sobre gestão de Recursos Hídricos
08 e 09/09	Ponte Nova/MG	Seminário para levantamento das demandas de saneamento
10/09/2015	Viçosa/MG	Seminário para levantamento das demandas de saneamento

Tabela 18 - Eventos nos quais houve participação de membros do CBH Piranga em 2015.

Data	Município	Evento
11a 13/08	Afonso Cláudio/ES	4º Encontro de Integração da Bacia Hidrográfica do rio Doce
04 a 09/10	Caldas Novas/GO	Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (XVII ENCOB)
25 e 26/02	Belo Horizonte/MG	37ª Reunião Ordinária do Fórum Mineiro de Comitês de Bacias Hidrográficas
14 e 15/04	Uberaba/MG	38ª Reunião Ordinária do Fórum Mineiro de Comitês de Bacias Hidrográficas
17 e 18/06	Unai/MG	39ª Reunião Ordinária do Fórum Mineiro de Comitês de Bacias Hidrográficas
26 e 27/08	Alto Caparaó/MG	40ª Reunião Ordinária do Fórum Mineiro de Comitês de Bacias Hidrográficas
01/09/2015	Governador Valadares/MG	Lançamento do PDA – Doce
05 e 07/10	Caldas Novas/GO	41ª Reunião Ordinária do Fórum Mineiro de Comitês de Bacias Hidrográficas
09 e 10/12	Belo Horizonte/MG	42ª Reunião Ordinária do Fórum Mineiro de Comitês de Bacias Hidrográficas
17 a 19/12	Mariana/MG	Missão Mariana – expedição realizada às áreas afetadas pelo rompimento da barragem de rejeitos da SAMARCO.

- CBH Piracicaba**

Tabela 19 - Reuniões Plenárias (Ordinárias e Extraordinárias) do CBH- Piracicaba no ano de 2015.

Data	Município	Reuniões
03/03/2015	João Monlevade/MG	63ª Reunião Ordinária do CBH-Piracicaba
26/05/2015	João Monlevade/MG	64ª Reunião Ordinária do CBH-Piracicaba
21/10/2015	João Monlevade/MG	10ª Reunião Extraordinária do CBH-Piracicaba
21/10/2015	João Monlevade/MG	11ª Reunião Extraordinária do CBH-Piracicaba
24/11/2015	João Monlevade/MG	12ª Reunião Extraordinária do CBH-Piracicaba

Tabela 20 - Reuniões de Câmara Técnicas do Comitê realizada no ano de 2015.

Data	Município	Câmara Técnica
15/06/2015	João Monlevade/MG	Reunião da Câmara Técnica de Programas e Projetos - CTPP
22/09/2015	João Monlevade/MG	Reunião da Câmara Técnica de Programas e Projetos - CTPP
15/10/2015	João Monlevade/MG	Reunião da Câmara Técnica de Programas e Projetos - CTPP
16/10/2015	João Monlevade/MG	Reunião da Câmara Técnica de Outorga e Cobrança - CTOC
23/11/2015	João Monlevade/MG	Reunião da Câmara Técnica de Outorga e Cobrança - CTOC
15/12/2015	João Monlevade/MG	Reunião da Câmara Técnica de Outorga e Cobrança - CTOC

Tabela 21 - Eventos promovidos pelo CBH Piracicaba em 2015.

Data	Município	Evento
17/03/2015	João Monlevade/MG	Comemoração dos 15 anos do CBH-Piracicaba
04/09/2015	João Monlevade/MG	Seminário para identificação de demandas de Saneamento Básico

Tabela 22 - Eventos nos quais houve participação de membros do CBH Piracicaba.

Data	Município	Evento
11 a 13/08	Afonso Cláudio/ES	4º Encontro de Integração da Bacia Hidrográfica do rio Doce
04 a 09/10	Caldas Novas/GO	Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (XVII ENCOB)
25 e 26/02	Belo Horizonte/MG	37ª Reunião Ordinária do Fórum Mineiro de Comitês de Bacias Hidrográficas
14 e 15/04	Uberaba/MG	38ª Reunião Ordinária do Fórum Mineiro de Comitês de Bacias Hidrográficas
17 e 18/06	Unaí/MG	39ª Reunião Ordinária do Fórum Mineiro de Comitês de Bacias Hidrográficas
26 e 27/08	Alto Caparaó/MG	40ª Reunião Ordinária do Fórum Mineiro de Comitês de Bacias Hidrográficas
01/09/2015	Governador Valadares/MG	Lançamento do PDA – Doce
05 e 07/10	Caldas Novas/GO	41ª Reunião Ordinária do Fórum Mineiro de Comitês de Bacias Hidrográficas
09 e 10/12	Belo Horizonte/MG	42ª Reunião Ordinária do Fórum Mineiro de Comitês de Bacias Hidrográficas
17 a 19/12	Mariana/MG	Missão Mariana – expedição realizada às áreas afetadas pelo rompimento da barragem de rejeitos da SAMARCO.

- CBH Santo Antônio**

Tabela 23 - Reuniões Plenárias (Ordinárias e Extraordinárias) realizadas pelo CBH Santo Antônio em 2015.

Data	Município	Reuniões
07/03/2015	Itabira/MG	Reunião Extraordinária do CBH-Santo Antônio
19/03/2015	Conceição do Mato Dentro/MG	39ª Reunião Ordinária do CBH-Santo Antônio
21/05/2015	Santo Antônio do Rio Abaixo/MG	40ª Reunião Ordinária do CBH- Santo Antônio
20/08/2015	Dores de Guanhães/MG	41ª Reunião Ordinária do CBH- Santo Antônio
29/09/2015	Itabira/MG	Reunião Extraordinária do CBH-Santo Antônio
22/10/2015	Itabira/MG	Reunião Extraordinária do CBH-Santo Antônio
19/11/2015	Ferros/MG	41ª Reunião Ordinária do CBH- Santo Antônio

Tabela 24 - Reuniões de Câmara Técnicas do CBH-Santo Antônio realizadas em 2015.

Data	Município	Câmara Técnica
11/02/2015	Itabira/MG	Câmara Técnica Institucional e Legal (CTIL)
03/03/2015	Itabira/MG	Câmara Técnica Institucional e Legal (CTIL)
25/03/2015	Itabira/MG	Câmara Técnica Institucional e Legal (CTIL)
04/12/2015	Itabira/MG	Câmara Técnica Institucional e Legal (CTIL)
06/12/2015	Itabira/MG	Câmara Técnica de Outorga e Cobrança (CTOC)
22/07/2015	Itabira/MG	Câmara Técnica de Sistema de Informações (CTSI)
27/01/2015	Itabira/MG	Reunião da Câmara Técnica de Programas e Projetos - CTPP
09/02/2015	Itabira/MG	Reunião da Câmara Técnica de Programas e Projetos - CTPP
19/02/2015	Itabira/MG	Reunião da Câmara Técnica de Programas e Projetos - CTPP
10/03/2015	Itabira/MG	Reunião da Câmara Técnica de Programas e Projetos - CTPP
11/05/2015	Itabira/MG	Reunião da Câmara Técnica de Programas e Projetos - CTPP
02/06/2015	Itabira/MG	Reunião da Câmara Técnica de Programas e Projetos - CTPP
23/06/2015	Itabira/MG	Reunião da Câmara Técnica de Programas e Projetos - CTPP
17/08/2015	Itabira/MG	Reunião da Câmara Técnica de Programas e Projetos - CTPP
21/09/2015	Itabira/MG	Reunião da Câmara Técnica de Programas e Projetos - CTPP
29/09/2015	Itabira/MG	Reunião da Câmara Técnica de Programas e Projetos - CTPP
13/10/2015	Itabira/MG	Reunião da Câmara Técnica de Programas e Projetos - CTPP
26/11/2015	Itabira/MG	Reunião da Câmara Técnica de Programas e Projetos - CTPP
07/12/2015	Itabira/MG	Reunião da Câmara Técnica de Programas e Projetos - CTPP
17/12/2015	Itabira/MG	Reunião da Câmara Técnica de Programas e Projetos - CTPP

Tabela 25 - Eventos promovidos pelo CBH Santo Antônio em 2015.

Data	Município	Evento
18/03/2015	Conceição do Mato Dentro/MG	Seminário “Políticas Públicas e Gestão dos Recursos Hídricos”.
20/05/2015	Santo Antônio do Rio Abaixo/MG	Seminário “Educação e Sustentabilidade”
19/08/2015	Dores de Guanhães/MG	Seminário Socioambiental

Tabela 26 - Eventos nos quais houve participação de membros do CBH Santo Antônio.

Data	Município	Evento
11 a 13/08	Afonso Cláudio/ES	4º Encontro de Integração da Bacia Hidrográfica do rio Doce
04 a 09/10	Caldas Novas/GO	Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (XVII ENCOB)
21/10/2015	Morro do Pilar/MG	Semana de Conscientização da Água
25 e 26/02	Belo Horizonte/MG	37ª Reunião Ordinária do Fórum Mineiro de Comitês de Bacias Hidrográficas
14 e 15/04	Uberaba/MG	38ª Reunião Ordinária do Fórum Mineiro de Comitês de Bacias Hidrográficas
17 e 18/06	Unaí/MG	39ª Reunião Ordinária do Fórum Mineiro de Comitês de Bacias Hidrográficas
26 e 27/08	Alto Caparaó/MG	40ª Reunião Ordinária do Fórum Mineiro de Comitês de Bacias Hidrográficas



Relatório de Gestão do Exercício de 2015 – Contrato de Gestão 072/ANA/2011

05 e 07/10	Caldas Novas/GO	41ª Reunião Ordinária do Fórum Mineiro de Comitês de Bacias Hidrográficas
09 e 10/12	Belo Horizonte/MG	42ª Reunião Ordinária do Fórum Mineiro de Comitês de Bacias Hidrográficas

- **CBH Suaçuí**

Tabela 27 - Reuniões Plenárias realizadas pelo CBH Suaçuí no ano de 2015.

Data	Município	Reuniões
26/03/2015	Governador Valadares/MG	29ª Reunião Ordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Suaçuí
09/07/2015	Peçanha/MG	30ª Reunião Ordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Suaçuí
10/12/2015	Governador Valadares/MG	31ª Reunião Ordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Suaçuí
14/05/2015	Governador Valadares/MG	Reunião Extraordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Suaçuí
29/10/2015	Governador Valadares/MG	Reunião Extraordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Suaçuí
10/12/2015	Governador Valadares/MG	Reunião Extraordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Suaçuí

Tabela 28 - Reuniões de Câmara Técnica e Grupos de Trabalho realizadas no ano de 2015.

Data	Município	Câmara Técnica
16/04/2015	Governador Valadares/MG	Reunião da Câmara Técnica de Planejamento de Recursos Hídricos - CTPLAN
03/06/2015	Governador Valadares/MG	Reunião da Câmara Técnica de Planejamento de Recursos Hídricos - CTPLAN
30/09/2015	Governador Valadares/MG	Reunião da Câmara Técnica de Planejamento de Recursos Hídricos - CTPLAN

Tabela 29 - Eventos promovidos pelo CBH Suaçuí em 2015.

Data	Município	Evento
22/03/2015	Governador Valadares/MG	Caravana - Dia Mundial das Águas
09/07/2015	Peçanha/MG	Caravana das Águas do CBH-Suaçuí
30/06/2015	Caratinga/MG	1º Seminário Unificado de Capacitação dos Comitês para o Plano Municipal de Saneamento Básico

Tabela 30 - Eventos nos quais houve participação de membros do CBH Suaçuí em 2015.

Data	Município	Evento
11a 13/08	Afonso Cláudio/ES	4º Encontro de Integração da Bacia Hidrográfica do rio Doce
04 a 09/10	Caldas Novas/GO	Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (XVII ENCOB)
25 e 26/02	Belo Horizonte/MG	37ª Reunião Ordinária do Fórum Mineiro de Comitês
14 e 15/04	Uberaba/MG	38ª Reunião Ordinária do Fórum Mineiro de Comitês
17 e 18/06	Unaí/MG	39ª Reunião Ordinária do Fórum Mineiro de Comitês
26 e 27/08	Alto Caparaó/MG	40ª Reunião Ordinária do Fórum Mineiro de Comitês
01/09/2015	Gov. Valadares/MG	Lançamento do PDA – Doce
05 e 07/10	Caldas Novas/GO	41ª Reunião Ordinária do Fórum Mineiro de Comitês
09 e 10/12	Belo Horizonte/MG	42ª Reunião Ordinária do Fórum Mineiro de Comitês
17 a 19/12	Mariana-MG	Missão Mariana – expedição realizada às áreas afetadas pelo rompimento da barragem de rejeitos da SAMARCO.

- **CBH Caratinga**

Tabela 31 - Reuniões Plenárias realizadas pelo CBH Caratinga no ano de 2015.

Data	Município	Reuniões
05/03/2015	Caratinga/MG	1ª Reunião Ordinária do CBH-Caratinga/2015
16/04/2015	Caratinga/MG	2ª Reunião Ordinária do CBH-Caratinga/2015
31/07/2015	Caratinga/MG	3ª Reunião Ordinária do CBH-Caratinga/2015
25/03/2015	Santa Bárbara do Leste/MG	1ª Reunião Extraordinária do CBH-Caratinga/2015
15/05/2015	Caratinga/MG	2ª Reunião Extraordinária do CBH-Caratinga/2015
28/10/2015	Caratinga/MG	3ª Reunião Extraordinária do CBH-Caratinga/2015
26/11/2015	Caratinga/MG	4ª Reunião Extraordinária do CBH-Caratinga/2015
26/11/2015	Caratinga/MG	5ª Reunião Extraordinária do CBH-Caratinga/2015

Tabela 32 - Reuniões de Câmara Técnica realizada no ano de 2015.

Data	Município	Câmara Técnica
05/04/2015	Caratinga/MG	Reunião Câmara Técnica de Outorga e Cobrança (CTOC)
29/09/2015	Caratinga/MG	Reunião da Câmara Técnica de Planejamento (CTPlano)

Tabela 33 - Eventos promovidos pelo CBH Caratinga em 2015.

Data	Município	Evento
04/02/2015	Caratinga/MG	Fórum de Desenvolvimento da Bacia do Ribeirão do Boi
25/03/2015	Caratinga/MG	Evento em comemoração ao Dia Mundial da Água

Tabela 34 - Eventos nos quais houve participação de membros do CBH Caratinga.

Data	Município	Evento
11a 13/08	Afonso Cláudio/ES	4º Encontro de Integração da Bacia Hidrográfica do rio Doce
04 a 09/10	Caldas Novas/GO	Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (XVII ENCOB)
25 e 26/02	Belo Horizonte/MG	37ª Reunião Ordinária do Fórum Mineiro de Comitês
14 e 15/04	Uberaba/MG	38ª Reunião Ordinária do Fórum Mineiro de Comitês
17 e 18/06	Unai/MG	39ª Reunião Ordinária do Fórum Mineiro de Comitês
26 e 27/08	Alto Caparaó/MG	40ª Reunião Ordinária do Fórum Mineiro de Comitês
01/09/2015	Gov. Valadares/MG	Lançamento do PDA – Doce
05 e 07/10	Caldas Novas/GO	41ª Reunião Ordinária do Fórum Mineiro de Comitês
09 e 10/12	Belo Horizonte/MG	42ª Reunião Ordinária do Fórum Mineiro de Comitês
17 a 19/12	Mariana-MG	Missão Mariana – expedição realizada às áreas afetadas pelo rompimento da barragem de rejeitos da SAMARCO.

- **CBH Manhuaçu**

Tabela 35 - Reuniões Plenárias, ordinárias e extraordinárias, realizadas pelo CBH Manhuaçu em 2015.

Data	Município	Reuniões
31/03/2015	Lajinha/MG	Reunião Ordinária do CBH Manhuaçu
04/08/2015	Resplendor/MG	Reunião Ordinária do CBH Manhuaçu
25/11/2015	Manhumirim/MG	Reunião Ordinária do CBH Manhuaçu
27/10/2015	Ipanema/MG	Reunião Extraordinária do CBH Manhuaçu
25/11/2015	Manhumirim/MG	Reunião Extraordinária do CBH Manhuaçu



Relatório de Gestão do Exercício de 2015 – Contrato de Gestão 072/ANA/2011

Tabela 36 - Reuniões de Câmara Técnicas e Grupos de Trabalho do Comitê realizada no ano de 2015.

Data	Município	Câmara Técnica
24/09/2015	Manhuaçu/MG	Câmara Técnica Institucional e Legal (CTIL)

Tabela 37 - Eventos promovidos pelo CBH Manhuaçu em 2015.

Data	Município	Evento
21/01/2015	Aimorés/MG	Seminário “Água e Saneamento Básico”
16/03/2015	Luisburgo e Durandé/MG	Seminário de Saneamento Básico
17/03/2015	Manhuaçu/MG	Seminário de Saneamento Básico

Tabela 38 - Eventos nos quais houve participação de membros do CBH Manhuaçu.

Data	Município	Evento
11 a 13/08	Afonso Cláudio/ES	4º Encontro de Integração da Bacia Hidrográfica do rio Doce
04 a 09/10	Caldas Novas/GO	Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (XVII ENCOB)
25 e 26/02	Belo Horizonte/MG	37ª Reunião Ordinária do Fórum Mineiro de Comitês
14 e 15/04	Uberaba/MG	38ª Reunião Ordinária do Fórum Mineiro de Comitês
17 e 18/06	Unaí/MG	39ª Reunião Ordinária do Fórum Mineiro de Comitês
26 e 27/08	Alto Caparaó/MG	40ª Reunião Ordinária do Fórum Mineiro de Comitês
01/09/2015	Gov. Valadares/MG	Lançamento do PDA – Doce
05 e 07/10	Caldas Novas/GO	41ª Reunião Ordinária do Fórum Mineiro de Comitês
09 e 10/12	Belo Horizonte/MG	42ª Reunião Ordinária do Fórum Mineiro de Comitês
17 a 19/12	Mariana-MG	Missão Mariana – expedição realizada às áreas afetadas pelo rompimento da barragem de rejeitos da SAMARCO.

- **CBH Guandu**

Tabela 39 - Reuniões Plenárias realizadas pelo CBH Guandu no ano de 2015

Data	Município	Reuniões
25/02/2015	Aimorés/MG	36ª Reunião Ordinária do CBH Guandu
27/05/2015	Laranja da Terra/ES	37ª Reunião Ordinária do CBH Guandu
10/09/2015	Brejetuba/ES	38ª Reunião Ordinária do CBH Guandu
08/12/2015	Linhares/ES	39ª Reunião Ordinária do CBH Guandu
25/02/2015	Aimorés/MG	12ª Reunião Extraordinária do CBH Guandu
29/07/2015	Afonso Cláudio/ES	13ª Reunião Extraordinária do CBH Guandu
10/09/2015	Brejetuba/ES	14ª Reunião Extraordinária do CBH Guandu

Tabela 40 - Eventos promovidos pelo CBH Guandu em 2015.

Data	Município	Evento
13/04/2015	Afonso Claudio/ES	Workshop sobre observação de aves
27/10/2015	Afonso Cláudio	Fórum de Educação Ambiental do CBH Guandu
13/07/2015	Brejetuba/ES	Reunião sobre o Plano de Saneamento
09/12/2015	Linhares/ES	Reunião Conjunta CBHs Capixabas



Tabela 41 - Eventos nos quais houve participação de membros do CBH Guandu.

Data	Município	Evento
11a 13/08	Afonso Cláudio/ES	4º Encontro de Integração da Bacia Hidrográfica do rio Doce
01/09/2015	Governador Valadares/MG	Lançamento do PDA - Doce
14/09/2015	Colatina/ES	Seminário de Saneamento da porção capixaba da Bacia do Doce
01/10/2015	Colatina/ES	Reunião Conjunta sobre o Plano de Aplicação Plurianual 2016-2020
04 a 09/10	Caldas Novas/GO	Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (XVII ENCOB)
17 a 19/12	Mariana-MG	Missão Mariana – expedição realizada às áreas afetadas pelo rompimento da barragem de rejeitos da SAMARCO.

- **CBH Santa Maria do Doce**

Tabela 42 - Reuniões Plenárias realizadas pelo CBH Santa Maria do Doce no ano de 2015.

Data	Município	Reuniões
04/02/2015	Reunião do CBH-Santa Maria do Doce	Santa Teresa/ES
10/03/2015	Reunião do CBH-Santa Maria do Doce	São Roque do Canaã/ES
18/03/2015	Reunião do CBH-Santa Maria do Doce	Colatina/ES
01/04/2015	Reunião do CBH-Santa Maria do Doce	São Roque do Canaã/ES
20/05/2015	Reunião do CBH-Santa Maria do Doce	Colatina/ES
16/06/2015	Reunião do CBH-Santa Maria do Doce	Santa Teresa/ES
05/08/2015	Reunião do CBH-Santa Maria do Doce	São Roque do Canaã/ES
18/09/2015	Reunião do CBH-Santa Maria do Doce	Colatina/ES
08/12/2015	Reunião do CBH-Santa Maria do Doce	Linhares/ES

Tabela 43 - Eventos nos quais houve participação de membros do CBH Santa Maria do Doce.

Data	Município	Evento
11a 13/08	Afonso Cláudio/ES	4º Encontro de Integração da Bacia Hidrográfica do rio Doce
01/09/2015	Governador Valadares/MG	Lançamento do PDA - Doce
14/09/2015	Colatina/ES	Seminário de Saneamento da porção capixaba da Bacia do Doce
01/10/2015	Colatina/ES	Reunião Conjunta sobre o Plano de Aplicação Plurianual 2016-2020
04 a 09/10	Caldas Novas/GO	Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (XVII ENCOB)
17 a 19/12	Mariana-MG	Missão Mariana – expedição realizada às áreas afetadas pelo rompimento da barragem de rejeitos da SAMARCO.

- **CBH Pontões e Lagoas do Rio Doce**

Tabela 44 - Lista de Reuniões Plenárias realizadas pelo CBH São José no ano de 2015.

Data	Município	Reuniões
05/02/2015	Reunião do CBH-Pontões e Lagoas do Rio Doce	Linhares/ES
30/03/2015	Reunião do CBH-Pontões e Lagoas do Rio Doce	Governador Lindenberg/ES
14/04/2015	Reunião do CBH-Pontões e Lagoas do Rio Doce	Mantenópolis/ES
22/06/2015	Reunião do CBH-Pontões e Lagoas do Rio Doce	Governador Lindenberg/ES
16/07/2015	Reunião do CBH-Pontões e Lagoas do Rio Doce	São Domingos do Norte/ES
24/09/2015	Reunião do CBH-Pontões e Lagoas do Rio Doce	Pancas/ES



Relatório de Gestão do Exercício de 2015 – Contrato de Gestão 072/ANA/2011

09/11/2015	Reunião do CBH-Pontões e Lagoas do Rio Doce	Linhares/ES
08/12/2015	Reunião do CBH-Pontões e Lagoas do Rio Doce	Linhares/ES

Tabela 45 - Eventos nos quais houve participação de membros do CBH-Pontões e Lagoas do Rio Doce

Data	Município	Evento
11a 13/08	Afonso Cláudio/ES	4º Encontro de Integração da Bacia Hidrográfica do rio Doce
01/09/2015	Governador Valadares/MG	Lançamento do PDA - Doce
14/09/2015	Colatina/ES	Seminário de Saneamento da porção capixaba da Bacia do Doce
01/10/2015	Colatina/ES	Reunião Conjunta sobre o Plano de Aplicação Plurianual 2016-2020
04 a 09/10	Caldas Novas/GO	Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (XVII ENCOB)
17 a 19/12	Mariana-MG	Missão Mariana – expedição realizada às áreas afetadas pelo rompimento da barragem de rejeitos da SAMARCO.

7.1.3. Identificação no PIRH-Doce

Programa: Implementação dos Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos

Subprograma: P61.2 Subprograma Fortalecimento dos Comitês na Bacia Segundo o Arranjo Institucional Elaborado no Âmbito do Plano e Objetivando a Consolidação dos Sistemas Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

Objeto:

Ações de fortalecimento dos comitês de bacia junto à sociedade e às instituições, visando a consolidação do sistema nacional e dos sistemas estaduais de gerenciamento dos recursos hídricos.

Valor: R\$ 6.000.000,00



8. IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES DO PIRH DOCE

8.1. Programa de Comunicação Social (P71)

8.1.1. Descrição

O programa de comunicação tem por objetivo dar visibilidade ao PIRH/PARHs/PAP e aos Programas de Ações, quanto aos seus conteúdos e metas, de maneira a fortalecer o ambiente institucional onde as ações se inserem, criando um ambiente favorável ao atingimento das metas propostas.

Foi considerado que o PIRH Doce contempla duas etapas consecutivas. A primeira visa detalhar os estudos necessários em um prazo curto de tempo para subsidiar as decisões dos Comitês/Agência quanto a temas como enquadramento, política de outorga, cobrança pelo uso de recursos hídricos, sistema de informações e programas e projetos específicos. Nesta etapa serão aprofundados e detalhados aspectos apontados como prioritários pelo PIRH, quantificando e detalhando demandas e necessidades da bacia. Caberá a esta etapa criar o ambiente de negociação com outros atores envolvidos na GIRH sobre um cenário considerado ideal para um horizonte de planejamento de 10 e 20 anos. Sobre estes horizontes e o prognóstico, são traçadas as metas.

Na segunda etapa, as metas detalhadas e especificadas deverão ser implementadas através de ações e programas, fortalecidas por um consenso construído e subsidiadas por estudos e planejamento em nível executivo. Sendo assim, torna-se necessária a implementação de um programa de comunicação social eficaz e ágil, com capacidade para produzir e disseminar informações úteis e necessárias ao processo de implantação do PIRH, aproximando e facilitando a comunicação entre os diversos atores do Sistema de Gestão de Recursos Hídricos e do Sistema com a sociedade de maneira geral.

O programa de comunicação torna possível efetivação de um Plano de Comunicação Social para dar visibilidade às ações e conteúdo do PIRH/PARHs/PAP de forma a facilitar a comunicação entre os diversos atores do Sistema de Gestão de Recursos Hídricos com a sociedade e criar um ambiente favorável ao atendimento das metas propostas.

8.1.2. Ações do IBIO – AGB Doce

Para a implementação do Programa de Comunicação Social (P71), o IBIO – AGB Doce contratou a Prefácio Comunicação, selecionada através do Ato Convocatório nº 14/2012. A empresa, que iniciou as atividades em 2013, elaborou um Diagnóstico de Comunicação com o objetivo de mapear e



compreender os gargalos existentes nos Comitês no que diz respeito ao trabalho de Comunicação, a fim de propor um planejamento alinhado com as expectativas e as necessidades de cada Comitê e do IBIO-AGB Doce, e em consonância com as metas traçadas do Plano Integrado de Recursos Hídricos (PIRH) e seus respectivos Planos de Ação (PARHs).

A empresa também é responsável pelo planejamento das ações de comunicação interna e externa e relacionamento estratégico com seus respectivos públicos. Para atendimento ao contrato, a Prefácio disponibiliza dois funcionários que respondem exclusivamente às demandas dos comitês e do IBIO – AGB Doce, além do apoio dos demais profissionais da equipe técnica. O IBIO – AGB Doce, através de um gestor designado para o acompanhamento do contrato, monitora e avalia os produtos elaborados pela Prefácio Comunicação.

A empresa encaminha mensalmente um relatório contendo a síntese das principais atividades desenvolvidas durante o mês, divididas por comitê. A Prefácio e o IBIO – AGB Doce estão em constante articulação visando aprimorar sistematicamente o atendimento às demandas de comunicação.

8.1.3. Identificação no PIRH-Doce

Programa: Implementação das Ações do PIRH Doce

Subprograma: P 71 - Programa Comunicação do Programa de Ações

Objeto:

Concepção e discussão do Plano de Comunicação Social do PIRH do rio Doce. Elaboração, implementação e manutenção do sítio eletrônico do PIRH. Estruturação e atualização do cadastro de públicos alvo. Segmentação do cadastro e estabelecimento de estratégias próprias para cada segmento. Estruturação e operação da Ouvidoria. Produção e divulgação de peças de comunicação (folder impressos e eletrônicos, notícias, audiovisuais, etc.). Registro e organização audiovisual dos eventos e do processo de implementação do PIRH. Elaboração de pesquisa de opinião. Sistema de Avaliação Sistemática do PIRH através de formulário de avaliação a ser preenchido por participantes dos eventos do Plano.

Valor: R\$ 2.500.000,00

9. RECOMENDAÇÕES PARA ACELERAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PIRH-DOCE

Arranjo Institucional

O arranjo institucional atual, composto pelos integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SINGERH previsto na Lei Federal nº 9.433/1997, poderia ser melhorado tanto com relação às competências previstas na Lei quanto da implementação de tais competências na prática. Por vezes os integrantes do SINGREH encontram dificuldades em tornar realidade tais competências e não conseguem atingir um nível de integração e inter-relacionamento favorável à implementação do PIRH. Ocorrência também verificada no nível político e administrativo. A adequada implementação do PIRH requer não apenas uma Entidade Delegatária estruturada e eficiente, mas também um Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos integrado em todos os níveis. A implementação da cobrança pelo uso de recursos hídricos em bacias hidrográficas, assim como toda a legislação sobre o assunto incluído legislações específicas para Entidades Delegatárias e Contratos de Gestão celebrados com os órgãos gestores, são relativamente recentes no país. E como todo novo desafio, a implementação do PIRH é uma ação que depende e necessita de integração e comprometimento de todos os integrantes do SINGERH. É necessário que todos ajam em sinergia quanto aos objetivos a serem alcançados e quais as formas de alcançá-los. Na medida em que cada ente do sistema torne suas competências em realidade e façam isso de forma integrada e com cumplicidade, a transformação dos programas descritos no PIRH em realidade se torna uma ação mais viável e possível.

Unificação dos Contratos de Gestão

Das leis distintas que temos no país sobre a Política de Recursos Hídricos como a Lei Federal nº 9.433/1997, a Lei do Estado de Minas Gerais nº 13.199/1999 e a Lei do Estado do Espírito Santo nº 5.818/1998 originaram leis específicas que regulamentam a celebração de contratos de gestão entre os órgãos gestores de recursos hídricos e as entidades delegatárias/equiparadas das funções de Agências de Águas. Como resultado, temos Contratos de Gestão celebrados entre órgãos gestores e entidades delegatárias/equiparadas distintos. No caso específico do IBIO – AGB Doce, temos dois contratos de gestão distintos celebrados com a ANA e com o IGAM para implementação de um mesmo PIRH. Contratos distintos quanto às competências, obrigações e metas a serem alcançadas representa ainda mais complexidade na implementação do PIRH. Entendemos que um contrato de gestão unificado entre os órgãos gestores federal e estadual seria uma forma de reforçar a integração entre os entes participantes do SINGERH em pró do bem comum na recuperação das bacias hidrográficas. Contratos de Gestão distintos torna a rotina administrativa, jurídica, gerencial e estratégica das entidades delegatárias/equiparadas sobrecarregada e burocrática. Considerando que

tal rotina é o papel principal de tais entidades, a distinção entre contratos de gestão tem um impacto significativo na produtividade e eficiência destas entidades.

Integração da Legislação específica para Entidades Delegatárias

Além da diferença citada anteriormente, as entidades delegatárias seguem regulamentações distintas que se referem à aquisição de bens e serviços e seleção de pessoal. Sendo a Resolução ANA 552/211 para aquisição de bens e serviços pela ANA, a Resolução ANA 306/2008 para seleção e recrutamento de pessoal e a Resolução Conjunta SEMAD/IGAM 1.044/2009 para aquisição e alienação de bens, para a contratação de obras, serviços e seleção de pessoal. São regras distintas a serem seguidas para um mesmo propósito, para o bem comum, para a recuperação ambiental da bacia hidrográfica. A entidade delegatária encontra dificuldades e maior complexidade nas contratações e execução dos programas previstos no PIRH quando tem de lidar com legislações distintas. O Plano de Aplicação Plurianual - PAP elaborado para orientar a execução de projetos na bacia é um exemplo de integração. No PAP estão priorizados os projetos a serem executados na bacia, tanto com recursos da cobrança estadual como federal. A priorização é única para ambos os recursos financeiros e para ambos os contratos de gestão. Em praticamente todos os programas priorizados no PAP estão previstos a aplicação de ambas as fontes de recursos. Porém, para implementação de um destes programas, a entidade delegatária, por vezes, tem que atender a duas legislações distintas no processo seletivo, celebração e acompanhamento de um mesmo contrato. Considerando um cenário diferente em que a contratação de empresas para execução de um determinado programa ou parte dele celebrando contratos distintos para atender a legislações distintas iria tornar ainda mais complexo a execução e acompanhamento destes programas. Pelo exposto, entendemos que a integração das legislações específicas para as entidades delegatárias ira tornar menos complexa e burocrática a implementação do PIRH.

Custeio Administrativo dos Comitês de Bacia Hidrográfica

Acreditamos que prevendo no P61.2 despesas com custeio administrativo dos comitês federal e estaduais que compões a bacia hidrográfica seria uma forma de possibilidade o fortalecimento ainda maior deste CBHs. A Lei Federal 9.433/1997 estipula o limite de 7,5% de todos os recursos arrecadação com a cobrança de uso de recursos hídricos para custeio administrativo do SINGERH. Na prática, 7,5% destes recursos são utilizados para custeio das entidades delegatárias e dos CBHs. Tal política não leva em consideração o número de comitês que integram cada bacia hidrográfica ou os valores arrecadados. Desta forma, o custeio administrativo de entidades delegatárias em bacias hidrográficas que possuem um número significativo de comitês, como o caso da bacia hidrográfica do rio Doce com nove comitês estaduais e um comitê federal, fica comprometido. Custear administrativamente a própria entidade delegatária mais dez CBHs apenas com o limite estabelecido em Lei é um desafio a mais para a implementação do PIRH. O problema é agravado em bacias



hidrográficas com baixa arrecadação pela cobrança do uso da água. Sabendo que na prática e em geral, o custeio administrativo de um CBH é o mesmo, independente do valor arrecadado na bacia. Em bacias com baixa arrecadação tal custeio compromete uma fatia proporcionalmente maior dos recursos arrecadados. Ou seja, se considerarmos o custeio de um CBH como sendo R\$ 100.000,00 anuais, em uma bacia hidrográfica com arrecadação anual de R\$ 10.000.000,00 teria uma fatia menor da arrecadação comprometida com este CBH do que uma bacia com arrecadação anual de R\$ 400.000,00. Estamos falando de uma despesa que não está diretamente relacionada à arrecadação e sim ao número de CBH em uma bacia. Diferentemente do custeio de uma entidade delegatária que se adequa à arrecadação consolidada em uma bacia, o custeio dos CBHs desta bacia está relacionado diretamente à quantidade destes CBHs. Como, muitas vezes, a falta de recursos para o custeio pode dificultar a implementação do programa P61, subprograma P61.2 do PIRH de fortalecimentos destes CBHs. Entendemos que tais despesas poderiam estar previstas no próprio subprograma P61.2 do PIRH. Esta seria uma forma de impedir que limitações nos 7,5% comprometa o fortalecimento dos CBHs e faça com que o quantitativo de recursos alocados para custeio dos CBHs seja proporcional ao número de CBH existentes na bacia e não proporcional à arrecadação.



10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste quinto e último ano deste contrato de gestão podemos fazer um retrospecto e observar que os Comitês do Doce, o IBIO – AGB Doce, como Entidade Delegatária com Funções de Agência de Água, e Órgãos Gestores demonstram amadurecimento e aprendizado na gestão de recursos oriundos da cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Doce. Desde a criação do CBH Doce em 2002, e diversos outros CBH dos rios afluentes que também foram criados em períodos próximos, até a presente data, muitos desafios foram superados graças aos esforços dos diversos atores envolvidos. O empenho das partes envolvidas resultou em um processo de melhoria contínua pelo qual todos estão passando rumo a uma gestão que esteja cada vez mais eficiente e produtiva, atendendo às demandas ambientais e sociais de toda a bacia do Rio Doce.

Apesar de todas as dificuldades e incertezas que se apresentam, que são frutos de um processo inovador no país de cobrança pelo uso da água, nota-se um ambiente muito favorável onde todas as partes envolvidas reconhecem que há a necessidade de melhoria contínua e amadurecimento.

As reuniões de alinhamento ocorridas entre as Entidades Delegatárias e Órgãos Gestores em 2014 e 2015 representam marcos de evolução. A sensibilização das partes para a necessidade de alinhamentos, consensos de entendimentos e resolução de questões pontuais é fundamental para o processo evolução da gestão de bacias hidrográficas e do processo de cobrança pelo uso de recursos hídricos.

O desastre do rompimento da barragem de rejeitos da mineração da empresa Samarco, no município de Mariana, em Minas Gerais, representa um novo desafio para a gestão da bacia do Rio Doce. A forma como os problemas decorrentes deste desastre será mitigada e como a bacia irá se recompor dos problemas ambientais e sociais será um dos principais desafios para 2016. Os reais impactos do desastre a médio e longo prazo ainda estão sendo compreendidos, o que dará origem a um conjunto de medidas mitigatórias a serem tomadas pelos Comitês de Bacia Hidrográfica, Órgãos Gestores, Entidades Delegatárias das Funções de Agência de Água e demais instituições públicas e privadas envolvidas.

Governador Valadares, 29 de janeiro de 2016.

Ricardo Alcântara Valory
Diretor Geral
IBIO – AGB Doce